

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL N° 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LAPIDANDO O PODER:
A CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA NA DÉCADA DE 90

Leandra Paulista de Carvalho

Uberlândia
2000

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM HISTÓRIA - COMS
CAMPUS SANTA MÔNICA - Bloco 1 Q (Antigo Mineirão)
AV. UNIVERSITÁRIA S/N.*
38400-902 - UBERLÂNDIA - M.G. — BRASIL

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU

N.º 1358 - recab. *Dele*

Data 30 / 08 / 2000

1573

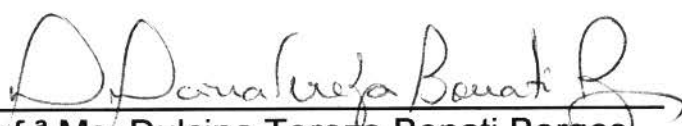
1358

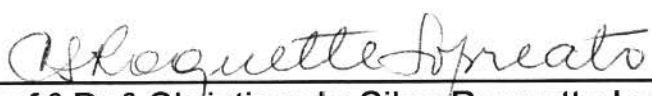
LEANDRA PAULISTA DE CARVALHO

**LAPIDANDO O PODER:
A CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA NA DÉCADA DE 90**

Monografia apresentada ao Departamento de História da
Universidade Federal de Uberlândia como exigência
Parcial para obtenção do grau de Licenciatura e
Bacharelado em História, sob a orientação da
Prof.^a Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges

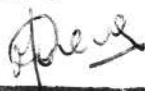
Banca:


Prof.^a Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges


Prof.^a Dr.^a Christina da Silva Roquette Lopreato


Prof.^a Ms. Claudia Costa Guerra

Uberlândia/2000.

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZA. GEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º 1358.	
Data 30/08/2000	

“Nada mudará a sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.”

Foucault.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar à minha orientadora, Prof.^a Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges por ter acreditado na minha capacidade.

Ao Fred pela paciência e pela compreensão da minha ausência.

Aos meus familiares pelo apoio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I DA DOMESTICIDADE À CIDADANIA : MINORIAS NO PODER	10
CAPÍTULO II O COTIDIANO DO NOSSO LEGISLATIVO	24
CAPÍTULO III POLÍTICA versus REPRESENTAÇÕES	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

Nestes últimos anos a historiografia vem se abrindo a uma série de questões emergentes na produção contemporânea, em particular, aos questionamentos que têm contribuído de modo significativo para a renovação temática, interdisciplinar e metodológica, redefinindo noções tradicionais, abrindo possibilidades.

Nesse sentido, procurando desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiências, especificamente da política local, na década de 90, esse trabalho pretende captar os múltiplos sentidos presentes na atuação dos vereadores, em especial de duas vereadoras¹ da nossa Câmara Municipal, o que nos possibilitou algumas interpretações e reconstituições. Contudo, nessa tarefa, mantiveram-se conscientes as tensões que atravessam este trabalho cujo caráter mantém-se aberto a outras descobertas, perspectivas e interrogações.

Para tanto, a categoria Gênero, trabalha com as relações percebendo através de que procedimentos simbólicos, jogos de significações, cruzamentos de conceitos e relações de poder nossas referências culturais são sexualmente produzidas.

Essa nova proposta metodológica insiste em que consideremos as diferenças sexuais enquanto construções culturais, desmontando conceitualizações que fixam e enquadram indivíduos e representações.

¹ As duas vereadoras em estudo são: Liza Prado e Fátima Paiva.

O direcionamento de uma pesquisa abordando aspectos relacionais se torna pertinente à medida que, a partir da década de 80, no Brasil, segundo alguns autores², o feminismo aponta para uma nova forma de fazer política ao propor a "politização do cotidiano"³.

Além disso, propõe-se pensar as relações de gênero enquanto relações de poder, e nesse sentido a dominação não se localiza num ponto fixo, num outro masculino, mas se constitui nos jogos relacionais e de linguagem.

Segundo Scott⁴ "o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças sexuais, é a forma primeira de significar as relações de poder". Propõe a política como domínio de utilização do gênero para análise histórica. Justifica a escolha por ser a política uma trincheira de resistências à inclusão de questões sobre as diferenças.

Nesta perspectiva, as teorias feministas, ou melhor, a categoria de análise Gênero aproxima-se em muito das teorias pós-estruturalistas que, insurgindo-se contra as metanarrativas históricas e filosóficas, afirmam, entre outros pontos, a dissolução do sujeito universal unitário. Trata-se de uma mudança não apenas de objeto de estudo, mas de campo epistemológico e, portanto, comporta profunda crítica aos paradigmas com que operam as ciências humanas.

²MANINI, Daniela. "A Crítica Feminista à Modernidade e o Projeto Feminista no Brasil nos anos 70 e 80". IN: *Cadernos AEL*, 3/4. Campinas : IFCH, 1995, pp. 45-65

³ A expressão "politização do cotidiano" foi inicialmente colocada por Foucault ao desconstruir a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder e afirmar que existem formas de exercício do poder diferenciadas do Estado, da realidade e das práticas sociais (micro poderes) que estão presentes na vida cotidiana.

⁴ SCOTT, Joan. "História das Mulheres." In: *A Escrita da História*, BURKE, Peter (org.), São Paulo: UNESP, 1992.

Como a categoria Gênero não se apresenta no interior de um sistema definido, como um conceito acabado abre-se às várias possibilidades analíticas, desde a incorporação dessa discussão no campo marxista, até uma estratégia diferenciada, num campo teórico-epistemológico mais próximo dos pós-modernos ou pensamento das diferenças.

A novidade maior refere-se ao deslocamento que promove em relação a uma forma de pensar, inscrita na lógica da identidade, pois, trata-se de uma categoria relacional e não identitária.

Pensar as "mulheres" como uma categoria homogênea, "única", é desconfigurar suas diferenças. Ressaltar estes detalhes numa análise relacional, implica em quebrar, assim, as teorias discriminativas dos ditos "espaços masculinos".

As diversas representações de poder contidas nas relações sociais são, de fato, questões políticas. E nesse encaminhamento, a prática dos direitos formais do cidadão é um instrumento de suma importância para analisarmos as teorias de participação política.

As representações que perpassam a política consistem essencialmente na simulação do poder do povo. Este, por sua vez, designado de corpo eleitoral, geralmente não delega nenhum poder, não manda, mas atua como instrumento de designação de seus representantes de modo a lapidar o papel deles.

Neste contexto, o partido político também atua como instrumento de designação e de filtração de interesses comuns. Assim, podemos dizer que o conceito de partido político resume-se a:

*"Uma organização de pessoas que inspiradas por idéias ou movidas interesses, buscam tomar o poder, normalmente por meio legais, e nele conservar-se para realização dos fins propugnados."*⁵

Poderíamos reter-nos nas variadas definições de partido político que encontramos ou que formulamos, mas a que melhor define é a citação feita. Dentre elas podemos enumerar as mais ideológicas:

*"Corpo de pessoas unidas para promover, mediante esforço conjunto, o interesse nacional, com base em algum princípio especial ao redor do qual todos se acham de acordo."*⁶

Ou:

*"Grupos livres na sociedade, os quais, mediante esforços e idéias básicas de teor político, da mesma natureza ou intimamente aparentados, se acham dentro do Estado, ligados para uma ação comum."*⁷

Ainda neste aspecto entram as políticas de ações afirmativas (de cotas ou de incentivos) que num sentido genérico, passam a idéia de um equilíbrio de poder

⁵ BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. Rio de Janeiro: Forense, 1983, pp. 429

⁶ Idem, pp. 426

⁷ Idem, ibidem, pp. 427

entre os seres humanos.⁸ Políticas no sentido de colocar na vida o que muitas vezes fica somente na retórica. E quando falamos aqui de poder, é no seu sentido mais amplo, de potência, possibilidade. Inclui, mas não restringe, ao poder político.

Com vocação, sobretudo cultural, estas formulações aproximam-se muito do pensamento de Foucault. A crítica do sujeito e das identidades remete à consideração dos modos de subjetivação e observação que operam nas sociedades contemporâneas. É muito importante perceber o jogo, ou os múltiplos jogos que se estabelecem nas configurações discursivas.

Foucault descobre um novo domínio de problematização: a produção do próprio indivíduo em sua maneira de ser, agir e sentir. Somos produzidos por relações de poder, somos efeito mais do que produtores. Neste sentido, cabe ao historiador perceber essas redes, que codificam e atravessam o poder, e os mecanismos de funcionamento do poder. O poder não é um objeto natural, mas uma prática social que se constitui historicamente.

“O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle

⁸ Este termo - cotas - foi usado inicialmente pelo PT (Partido dos Trabalhadores) no 1º Congresso do PT, em 1991.

detalhado, minucioso do corpo – gestos , atitudes, comportamentos, hábitos, discursos.⁹

Nesta perspectiva, este trabalho visa apreender as práticas, as resistências e a disciplinarização das relações de poder que envolvem o mundo da política em Uberlândia. Nosso objetivo central é analisar a dinamicidade das relações entre as vereadoras e vereadores dentro do legislativo, buscando evidenciar as estratégias especificamente das vereadoras, no desenvolvimento de seus projetos e funções, inseridos num espaço constituído por maioria masculina.

O tema da participação das mulheres na vida política e da sua presença na elite política tornou-se prioritário no campo dos debates sobre a consolidação da democracia. A participação política é uma realidade nova no contexto político brasileiro e no horizonte existencial das mulheres. É mais comum nos países com tradição de lutas pelos direitos sociais e políticos pois a presença das mulheres na vida política está intrinsecamente ligado à expansão progressiva dos direitos de cidadania.

Queremos interrogar o que levou estas mulheres à política e perceber como a sociedade vê a atuação delas no poder público, no bojo dos movimentos pró-cidadania. Procuraremos entender como elas compartilham as suas vidas particulares com a nova postura pública que decidiram assumir, enquanto representantes do povo.

⁹ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1990, 9ª edição, pp. XII

A presença das mulheres na política é, certamente, a responsável por mudanças culturais que variam tanto no estilo, na vestimenta, no comportamento quanto no conteúdo dos tradicionais processos de decisão política.

Segundo Lúcia Avelar¹⁰, as mulheres “fazem diferença” na política ao trazer para a vida pública experiências distintas e uma outra perspectiva, as quais, somadas às dos homens ampliam o campo das temáticas tratadas na política pelo simples fato de que homens e mulheres diferem em suas prioridades.

A justificativa encontrada, pelos eleitores, de elegerem mulheres se dá pelo fato de elas correspondem ao desejo de experimentar outras alternativas na solução de problemas da sociedade.

O corte cronológico de 1990 a 1999 corresponde ao período em que o discurso da redemocratização no Brasil toma consistência real, apesar de ser o período que corresponde ao menor número de vereadoras na Câmara Municipal de Uberlândia. Entretanto, acreditamos que a sua representatividade seja particular e excepcional, razão porque o escolhemos.

Para a realização desta pesquisa utilizamos fontes oficiais e não oficiais, além de entrevistas com vereadores e vereadoras. De acordo com o nosso propósito, as entrevistas apresentaram-se como uma fonte fundamental para dialogarmos com nossos questionamentos, assim como a leitura de uma bibliografia ligada à nossa temática.

¹⁰ AVELAR, Lucia. Mulheres na elite política brasileira: canais de acesso ao poder. São Paulo, Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996, pp. 64.

Não houve restrições a qualquer documento solicitado durante a pesquisa na Câmara Municipal de Uberlândia. Fomos privilegiadas quanto ao local em que ficamos para realizá-la. Era a sala de Assessoria Técnico Legislativo, local onde todos os membros da Câmara, principalmente os vereadores, buscam as bases legais para seus projetos. É também local de muita discussão, talvez, por estar mais próxima do Plenário da Câmara.

Com ênfase nas questões apresentadas é que desenvolvemos os capítulos, no intuito de estabelecermos novos parâmetros para a análise das relações sociais e de poder.

No capítulo I, "Da Domesticidade à Cidadania: minorias no poder", procuramos fazer a contextualização do período histórico (1990-1999), num movimento mais amplo e também local, já que nossa pesquisa passa pelo viés do micro, uma vez que o fato histórico possui a singularidade própria, que varia de região para região, devidamente inserida em uma dada temporalidade histórica.

Tendo em mãos uma década tão rica em história, farta principalmente de acontecimentos políticos e econômicos, optamos pela análise dos fatos políticos acreditando que estes possam nos apontar alguns dados relevantes na análise de nossa temática.

Neste contexto deparamos com ocorrências que são, realmente, contribuintes na construção da história do Legislativo, seja ele, em sua amplitude ou sua particularidade. Entretanto, ao chegarmos em nossa municipalidade sentimos dificuldade em escrever a história da Câmara Municipal de Uberlândia porque ela é muito pobre em documentos e registros que possam nos permitir uma análise mais

aprofundada e mesmo os disponíveis muitas vezes omitem processos que poderiam elucidar questões importantes.

No capítulo II, "O cotidiano do nosso legislativo", procuramos mostrar o dia-a-dia da nossa Câmara Municipal, definindo as estratégias utilizadas pelos vereadores no campo da política.

Por meio das entrevistas realizadas com vereadores de Uberlândia pudemos abordar aqui a discussão que deu origem a leis e portarias que favorecem a mulher no campo político e os principais argumentos utilizados para justificar a pequena participação feminina nas eleições e nos cargos políticos.

No capítulo III, "Política versus Representações", adentramos a vida dos vereadores em estudo. Procuramos saber de seus projetos políticos e de suas ambições particulares, embasados pela pesquisa de seus projetos.

Neste capítulo utilizamos gráficos para melhor representar os projetos que tramitaram e foram aprovados durante a década de 90. Desenvolvemos nossa pesquisa abordando as propostas de trabalho dos vereadores.

Nas considerações finais apontamos algumas questões que surgiram no decorrer da pesquisa, problematizando os pontos que achamos importantes ao trabalho.

CAPÍTULO I

DA DOMESTICIDADE À CIDADANIA: MINORIAS NO PODER

Neste capítulo mostraremos como se desenrolou o projeto de democratização do país, começando pelo Fernando Collor de Mello, passando por Itamar Franco, finalizando com Fernando Henrique Cardoso, chegando à nossa singularidade local, questionando quais as políticas que influenciaram diretamente a nossa municipalidade.

Referindo-nos a 1989, ano que iniciou um processo de mudança fundamental de valores, comportamentos, sistemas, metas políticas e perspectivas, em função da Constituição de 1988, temos na década de 90 uma reformulação do conceito de democracia. Os diversos movimentos sociais das minorias, a exemplo dos negros, homossexuais e feministas deram visibilidade política às questões até então consideradas próprias do espaço privado, lançando os sujeitos destas reivindicações à esfera pública. A partir de suas propostas esses movimentos evidenciavam o anseio por direitos que legitimavam a cidadania de seus membros.

As feministas questionavam temas, tais como, sexualidade, maternidade, aborto, violência contra a mulher, contracepção, direito ao corpo - assuntos do cotidiano. Dessa forma realizaram uma mudança de perspectiva na tradicional concepção de política, tal prática, evidentemente, causa impacto no sistema político uma vez que a noção universal de sujeito é masculina.

Neste enfoque, não podemos tratar de democracia sem falarmos de poder. Poder este, que não existe sob forma abstrata e estende-se ao poder intelectual, cultural, social, econômico e o mais abrangente, o poder político.

Cabe à política organizar a convivência social e solucionar conflitos gerados entre ela. Com os novos valores estabelecidos, o aprendizado da democracia aponta para o povo o verdadeiro sentido de poder:

“Na democracia, a fonte do poder é o povo. A mais alta autoridade de que na democracia outorga poder é o povo. Como o exercício direto do poder é impraticável numa sociedade, o poder precisa ser delegado pelo povo sob forma de representação. Nas eleições, a defesa dos interesses se delega a representantes do povo na instituição do parlamento. A finalidade da política na democracia também se relaciona com esta interpretação de democracia. A atribuição geral da política na democracia consiste em satisfazer as necessidades dos homens.”¹¹

Porém, a despeito de todos estes movimentos, no Brasil, por enquanto, somente a liberdade é praticada e não a democracia em seus termos, que nos permite participar dos interesses públicos. O governo subestimou os problemas surgidos na transição da ditadura para a democracia e não se preocupou em

¹¹ VÁRIOS autores. A democracia como desafio no fim do século. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993, n. ° 11, pp. 30.

desenvolver uma cultura política, ou seja, instituições que permitissem formar um consenso de democracia mais profunda e por isso sofreremos as conseqüências sociais desta política severa que nos expõe cada vez mais à instabilidade política e econômica.

Neste sentido, o estreitamento do leque de alternativas econômicas e ideológicas transforma as propostas governamentais de política de estabilização, ajuste fiscal e equilíbrio do setor público em “pacotes de emergência” inegociáveis. Devido ao sistema político brasileiro ser extremamente fragmentado, os modelos democráticos com pluralismo partidário acabam sendo antagônicos ideologicamente, mas totalmente dependentes entre si perante o parlamento.

Contudo, discutir o futuro dos partidos políticos é, ao mesmo tempo, discutir o destino das democracias, visto que a discussão sobre partidos tende a ser uma discussão sobre reformas – políticas, institucionais – que conseqüentemente acabaria fortalecendo a formulação sobre democracia.

Prova disso, são as medidas que vêm sendo tomadas desde 1990, para que se efetive a democracia. A que mais nos interessa é a Política de Cotas introduzida para as eleições de 1996. A Lei n.º 9100 de 29/09/1995 garantiu a cota de 20% das vagas , de cada partido ou coligação, para as mulheres nas eleições municipais de 1996. A cada ano se tem um novo parâmetro. Hoje está em torno de 30% das vagas para homem ou mulher. Devido à dificuldade de se ter mulheres dispostas a candidatar, diz-se que esta cota destina-se às mulheres.

Algumas polêmicas têm surgido devido a essa política. A mais comum é a alegação de que perante a lei, todos são iguais. Para que estabelecer cotas para as

mulheres? Há, no entanto, a possibilidade de estabelecer cotas iguais para ambos os sexos. Isto tudo para tentar equilibrar o jogo de forças.

Uma política de cotas não se reduz à candidatura de mulheres; é um quadro mais amplo que implica em investimentos na qualificação, formação educação de mulheres. Pressupõe uma mudança de postura da sociedade: homens e mulheres compreendendo que não é o sexo biológico, e sim, a construção cultural que se faz desta diferença que torna uns mais e outros menos. Estabelecer cotas é garantir e responder a uma necessidade da democracia.

O governo Collor (1990-1992) marca profundamente as transformações políticas do Brasil. Ele foi o primeiro governo civil brasileiro eleito dentro das regras da Constituição de 1988. Seu discurso baseou-se em duas vertentes: para o povo ele prometeu a moralização da política e o fim da inflação; para a elite, ofereceu a modernização econômica do país de acordo com o neoliberalismo, a eliminação dos controles burocráticos da política econômica, abertura da economia e apoio às empresas brasileiras para se tornarem eficientes e competitivas com o mercado externo.

Para que tudo isso se tornasse real, Collor lançou seu plano: o Plano Collor, baseado em um gigantesco confisco monetário, congelamento temporário de preços e salários e reformulação dos índices de correção monetária, enfim, estabilidade econômica. A princípio havia uma aparente concordância entre os economistas e os técnicos do Plano Collor. Entretanto, a partir da aceleração inflacionária no Brasil e o baixo nível dos salários surge um conflito entre os diversos setores da economia que, conseqüentemente, abate a aparente concordância.

Collor agravou a crise econômica ao tentar amenizá-la com congelamento dos preços e dos salários. Sabemos que os aumentos de salário são sempre uma resposta aos aumentos abusivos dos preços. A tentativa de recuperar o poder de compra dos salários é sempre frustrada, mas pior é querer desconsiderar a lógica dos reajustes. Por estes motivos o Plano Collor abandona o mecanismo do congelamento e o Brasil, mais uma vez, fica sem uma política salarial.

O discurso da modernização econômica passa a ser incoerente. Não se pensou em melhorar os grupos sociais de renda baixa, sequer pensaram em um processo firme da política salarial e industrial que iria de encontro à promoção das classes sociais, baixa e média. O liberalismo contido no discurso oficial não implicava na implantação do livre comércio, mas na substituição de um regime de proteção por um de distribuição de "divisas" governamentais.

Na política social, com o slogan TUDO PELO SOCIAL, Collor desejou a modernização desta política no intuito de incluir o Brasil no primeiro mundo.

"O Brasil, que o presidente Collor quer incluir no primeiro mundo, deverá ter uma política social "moderna". Para tanto, foram os ministérios sociais os que, cumprindo as determinações da Reforma Administrativa, mais demitiram funcionários. Mudanças na estrutura de gestão da previdência social, da saúde e dos programas assistenciais também se efetivaram - e não deixa de ser significativa que a Previdência (...) fique a cargo de uma agência chamada Instituto Nacional de Seguro Social, quando a Constituição de 1988, inovando,

reconhecera a necessidade de integrar aqueles três campos da política social sob o título de Seguridade Social.¹²

Entretanto, a política social "irrealizável" do Collor, não se concretizou, pois, em várias instâncias do país os direitos do cidadão não se cumprem. A modernidade, proposta neste governo, dirigia-se justamente à cidadania deste povo, que morando nas ruas, não praticavam os direitos a eles destinados. Para que houvesse modernidade econômica era preciso "modernizar" os cidadãos.

Em 1991, surgem as dificuldades em estabilizar a inflação; aumenta a recessão. Circulam suspeitas de corrupção que envolve desde altos funcionários até ministros. As suspeitas, transformadas em denúncia, afetaram mais ao então presidente Fernando Collor de Mello, que aos demais envolvidos.

A opinião dos ministros e jornalistas referia-se à incapacidade, talvez falta de maturidade, do Collor de governar:

"Não bastam 35 milhões de votos para governar. O equívoco fundamental de Fernando Collor foi acreditar que democracia se faz apenas com votos. Mostrou ser possível, no Brasil, conquistar o poder político máximo sem fazer concessões, mas não percebeu que tenha o dever de negociar para mantê-lo."¹³

¹² TAVARES, M. da Conceição et al. Aquarela do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o governo Collor. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1991.

¹³ SILVA, C. H. Rosa e. Mil dias de solidão: Collor bateu e levou. São Paulo: Geração Editorial, 1993.

A insatisfação apresentava-se nas manifestações populares, principalmente estudantis, que pedia o Impeachment ao presidente. Após o processo de apuração e confirmação das acusações, da mobilização de diversas partes e a pressão da população o Congresso Nacional vota o Impeachment presidencial.

Em seguida, em dezembro de 1992, o então vice-presidente Itamar Franco assume o cargo de presidente. Ele cumpre o restante do mandato, até 1994, lança um plano econômico, o Plano Real, já que o Brasil ainda se encontrava em desequilíbrio financeiro. O Plano Real foi muito apoiado pelo povo, tanto que, ao deixar o governo, Itamar Franco estava com um dos maiores índices de popularidade da república.

Itamar Franco tinha reputação de homem honesto e nacionalista. Seu governo procurou agradar ao mais amplo espectro de correntes políticas e, por isso, convidou figuras de diversos partidos políticos e das mais variadas correntes ideológicas. Entretanto, seu governo veio carregado de uma pesada herança de graves problemas socioeconômicos.

De 1990 a 1994, não houve mudanças significativas na política social. Podemos até arriscar a dizer que as mudanças realizadas foram apenas reparos necessários à economia, não se importaram com as demais áreas: educação, saúde, etc. Com isso a crise se aprofundou mais ainda.

Foi a partir de 1995, com o novo presidente eleito Fernando Henrique Cardoso (F.H.C.), que governou de 1995 a 1998 (primeiro mandato) e foi reeleito para o segundo mandato (1999 a 2002), é que surge um novo discurso de progresso para o

Brasil, principalmente econômico. Discurso este que não se mostrou tão eficaz quanto em suas falas, mas que superou os de outros presidentes.

Impulsionada pelo Plano Real, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso anunciava estabilidade econômica e reforma da Constituição. Com a eleição ganha, F.H.C. usa de outra arma para ganhar a confiança do povo: leva para seu governo, nomes respeitados no meio político. No entanto, a desigualdade social ainda era imensa.

O governo de F.H.C. é claramente caracterizado pelos “clássicos da reforma”: saneamento das finanças públicas, desregulamentação, privatização, combate à inflação, fomento de crescimento, produtividade e investimentos, abertura para o exterior, etc.

No seu governo, F.H.C. vai procurar na Reforma Constitucional, aprovação para suas emendas constitucionais que, segundo ele, eram a chave da modernização do país, da estabilização e do crescimento econômico. Entre as mudanças aprovadas, destacam-se a quebra dos monopólios do petróleo, das telecomunicações, do gás canalizado e da navegação de cabotagem, além da alteração do conceito de empresa nacional, no sentido de não discriminar o capital estrangeiro. Mas, em 1996, as reformas tributárias e administrativas avançam muito lentamente.

Ainda na intenção de manter a estabilização a qualquer preço é lançado um plano de demissões voluntárias em todo setor público federativo. A reforma da Previdência também prossegue, mas não tão rápida quanto a emenda constitucional que permite a reeleição do presidente da República.

Economicamente o Brasil permanecia com baixos índices de inflação até 1997. A partir daí surgem sinais de recessão como a inadimplência, queda no consumo, demissões em massa e desequilíbrio na balança comercial. O atraso na implementação da reforma agrária agrava os conflitos no campo. Mas há esperanças nos discursos das multinacionais da indústria automobilística e das empresas de telecomunicações estrangeiras que anunciam grandes investimentos no país.

Em 1999 viu-se que muitas das ditas “Profecias Economicistas” se fez cumprir. O desemprego atinge um dos mais altos índices de toda a história trabalhista, a inflação se despiu e as indústrias passam, novamente, por crise de superprodução. Entretanto, a crise não se fixa somente no econômico. O setor político se encontra atolado em corrupção e máfia. Diante deste quadro, o povo brasileiro mostra-se desconfiado de seus representantes e isso se reflete mesmo dentro dos poderes que regem nosso país.

Em nosso município, tal qual em todo o país, o poder executivo nem sempre coopera com o legislativo. Entretanto, a proposta desta monografia não é fácil uma vez que existem poucos trabalhos a nível local que abordem o assunto.

Uberlândia se identifica politicamente com um pequeno grupo que a administra, sustentado por comerciantes, ruralistas e industriais. As administrações locais, por possuírem características fechadas, ficaram marcadas pelo conservadorismo, especialmente nesse período estudado.¹⁴De 1989 a 1992 o

¹⁴PEPPE, Carlos , BORGES, Anna M., COELHO, Juel B. Família e Sociedade Uberlandense. Uberlândia: Separate da Revista da Faculdade de Direito. Universidade de Uberlândia, 1975.

prefeito de Uberlândia foi Virgílio Galassi, seguido por Paulo Ferola (1993-1996) também do mesmo partido e de 1997 a 2000 volta o Virgílio Galassi.

Neste universo, a participação feminina tem sido uma presença restrita a certas áreas "ditas femininas. Exemplo disso é que, durante a década de 80 deparamos com as mulheres nas cadeiras das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Trabalho Social. Um trabalho recente discute este assunto, apontando para a presença da mulher no poder executivo, ressaltando que o reconhecimento da participação feminina na produção é o primeiro passo para sua valorização.¹⁵

Portanto, em Uberlândia a presença das mulheres na vida política é fenômeno recente ligado à expansão progressiva dos direitos de cidadania para incontáveis segmentos antes marginalizados do poder remontando à década de 80.

Um fato a ser destacado é que as vereadoras eleitas durante este período não faziam parte da estrutura dominante. Tanto Nilza Alves de Oliveira, quanto Olga Helena da Costa, ou Martha de Freitas Azevedo Pannunzio e também Normy Barbosa Firmino eram pessoas atuantes na sociedade, sem, no entanto, pertencerem aos grupos tradicionais que nortearam os destinos do município¹⁶.

Estas vereadoras emergiram como uma liderança extremamente nova na cidade. A base desta liderança vinha principalmente do meio estudantil. Isso vem demonstrar um rompimento com a tradição local e uma mudança significativa em nossa política, influenciada pela abertura política nacional. Elas, assim como as

¹⁵ KNYCHALA, Maria Luisa. O feminino no poder executivo: As Secretarias Municipais de Uberlândia (1977-1996). Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia em 1999.

¹⁶ OLIVEIRA, Eduardo P. de. Rompendo as barreiras do poder na Câmara Municipal – Uberlândia (1983-1992). Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia em 1998.

atuais, conseguiram e têm conseguido estremecer o monopólio de grupos patriarcais que vinham dominando o poder municipal, reformulando os projetos agora mais centrados nas áreas sociais, em especial, para as mulheres. Exemplo disso foi a criação da Delegacia das Mulheres, elaborado por Nilza Alves e a fundação de uma Comissão de Defesa das Mulheres entre outras propostas.

Seguindo esta tradição que se instalou em nossa Câmara, Liza Prado representa hoje um segmento importante da oposição em nosso município. Fátima, sem uma larga experiência política tem trazido idéias novas. Apesar de não ter claramente uma política voltada para as mulheres, ela tem o apoio do movimento carismático composto em sua maioria por mulheres.

Nesse sentido, hoje o sexo feminino representa não só em Uberlândia, mas no Brasil, uma importância relevante para os políticos, que já reconhecem não só o seu peso como um contingente de votos que pode influenciar numa eleição, como também a sua consciência, face a participação feminina em todos setores, forçando o re-exame de hábitos e tradições. Embora num passado recente, assim poderíamos definir o engajamento das mulheres na vida pública do país:

"... no Brasil é grande o número de mulheres que entram na atividade político-partidária para dar continuidade ao projeto dos respectivos grupos familiares, seja aqueles onde nasceram ou passaram a

pertencer por intermédio do casamento, garantindo assim, a manutenção de um domínio político já estabelecido."¹⁷

Entretanto, o exemplo da ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina não se encaixa nesta perspectiva, como nos coloca Eleonora Menicucci:

*"Ela construiu uma liderança nacional com os seguintes ingredientes: competência, não roubar, ser feia, ser capaz, ser nordestina, ter voto próprio. É nossa Thatcher de esquerda."*¹⁸

A esse exemplo, podemos acrescentar o da Senadora Benedita Silva, Deputada Marta Suplicy¹⁹, Rita Camata²⁰, Marina Silva²¹ dentre outras. O mesmo não podemos afirmar com relação às mulheres que atuaram na política em Uberlândia, pois, apesar da Lei de Cotas que garante às mulheres 25% das

¹⁷ COSTA, Delaine Martins. "Ampliação da participação feminina no governo global: um trabalho de sísifo? In: Comportamento Eleitoral e Marketing Político: as novas prefeituras brasileiras. Vários autores, São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997, n.º 30, pp. 47.

¹⁸ Revista Veja Especial Mulher. A Grande Mudança no Brasil, Ed. Especial Rio de Janeiro: Abril, Agosto Setembro de 1994, p. 54.

¹⁹ Martha Suplicy tornou-se conhecida pela defesa dos direitos das minorias homossexuais. Ascendendo à política por seu passado profissional de psicóloga clínica, tornando-se conhecida do público por sua presença na televisão em um programam que falava de sexo, um dos seus objetivos era ampliar o debate sobre a vida sexual para as camadas da população que não têm acesso à informações. A deputada elegeu-se com o apoio das mulheres e dos homossexuais, fazendo assim introduzir na agenda política temas antes discutidos na área parlamentar.

²⁰ Rita Camata, em 1996, continuava atendendo aos apelos dos movimentos organizados de baixa renda. Segundo ela, a questão social não é um tema prioritário nos partidos políticos. Assim, ela prioriza temas como: saúde, educação e assistência social.

²¹ Marina Silva declara que a política não é jogo de interesses, mas a arena possível para o trabalho de defesa dos trabalhadores da Amazônia e da luta por políticas públicas e sociais que venham de encontro às necessidades dos setores tradicionalmente negligenciados pela política tradicional.

inscrições de cada partido para a disputa de cargos eletivos, ainda é pequena a participação feminina nos cargos políticos.

"Eu entendo o seguinte: que a mulher tem que estar lado a lado com o homem. Isso é uma coisa que eu defendo a vida inteira. Então eu vejo o seguinte, nós temos duas mulheres em vinte e um vereadores, quer dizer, são dezenove homens e duas mulheres. A partir dos últimos tempos para cá nós estamos vendo a mulher tentando ocupar o lugar do homem. Agora tem mulheres que querem ocupar sozinha. Ela esquece que tem que estar lado a lado. Tem que caminhar juntos. E a partir do momento que a mulher pensar que nós vamos caminhar juntos aí tudo vai mudar no país. Preste atenção nisto "tudo vai mudar no país". E às vezes uma daquelas mulheres que quer dar um pulo muito rápido ela pode se queimar. Então eu acho que ela deve estar sempre lado a lado, mas ela tem que ocupar o lugar dela. Porque se ela não ocupar o homem vai estar sempre ocupando. Mas isto já tem mudado demais, mas demais mesmo. Hoje o homem também não toma decisões sem falar com a mulher. Tudo tem que ser igual. Mas com o tempo isso vai mudando."²²

Hoje, fala-se em paridade entre sexos, que para muitos é o sinônimo da

²² Entrevista ao vereador Vilmar Resende, em 21 de Fevereiro de 2000.

igualdade perfeita na representação democrática. Melhor assimilarmos à proporção exata na versão da Política de Cotas. Entretanto, o princípio da paridade está longe de acontecer, mesmo que venha acontecer será mediante grande pressão social nesse sentido.

Portanto, com avanços e recuos, acertos e equívocos, o cenário nacional do período foi politicamente rico, com possibilidades de avanço real para o movimento popular. Em Uberlândia embora houvesse setores bem intencionados nos seus propósitos de fortalecer tal movimento e organizá-lo não se conseguiu muita coisa. Os movimentos democráticos numa prática estreita de grupos e/ou favorecimento de concepções partidárias mantinham numa postura preconceituosa e sectária em relação ao poder municipal.

CAPÍTULO II

O COTIDIANO DO NOSSO LEGISLATIVO

Com o propósito de adentrarmos na análise das relações cotidianas de nossa Câmara Municipal, desenvolvemos este capítulo dando um enfoque especial às entrevistas que realizamos com vereadores e vereadoras. Procuramos não realizar uma análise feminista, mas discutir inicialmente as razões da pequena presença das mulheres na política partidária.

Acreditamos que o questionamento dos posicionamentos dos sujeitos envolvidos, aliada a uma reflexão teórica, poderá elucidar um pouco mais esta problemática dentro de um espaço de poder - o legislativo local. Nesse sentido, entendemos que alterar as relações de poder entre gêneros, construir condições de igualdade de acesso e exercício do poder é, sem dúvida, condicionado pela situação em que se encontram os atores da disputa política.

Desenvolvemos nossa pesquisa abordando as propostas de trabalho dos vereadores/as, trazendo à discussão os conflitos dos atores de um processo, no qual desemboca as mais variadas formas de relacionamento e em que a discriminação às vezes é sutil, outras, explícita.

Um dos aspectos mais importantes deste trabalho é o fato de enfatizarmos o papel da participação feminina em um campo tão complexo que é o mundo da política. Um território quase exclusivamente masculino e que representa um grande

direito da cidadania, o de votar e ser votado. Isto porque, deixando de ser relegada à mera condição de auxiliar, na maioria das organizações políticas, a mulher passa então a assumir o papel que lhe é de direito nas lutas sociais e também contribuir para o crescimento da nação.

Conforme já foi discutido no capítulo anterior, a política de cotas representa uma efetivação da democracia, um equilíbrio no jogo de forças se fosse bem exercida. A primeira implantação de cotas surgiu no PT (Partido dos Trabalhadores), em decorrência da ação das feministas petistas. A partir daí o PT adotou essa política para sua direção após acirrada discussão em um de seus encontros nacionais. De acordo com a Resolução do 1º Congresso do PT/1991:

*"Na composição dos Conselhos Deliberativos e das Comissões Dirigentes de nível municipal, estadual e nacional do Partido, respeitando-se a proporcionalidade, será garantida uma presença mínima de 30% de mulheres, como um passo necessário à construção da democracia de gênero no PT."*²³

A nova discussão que abrange as ações afirmativas a nível partidário, vem para atender às necessidades não estabelecidas na política de cotas. As ações afirmativas são as estratégias destinadas a estabelecer a igualdade de oportunidades, por meio de medidas que compensem ou corrijam as discriminações

²³ Extraído das Resoluções do 1º Congresso do PT em 1991.

resultantes de práticas ou sistemas sociais. Estas podem ser aplicadas no mundo do trabalho e nos sistemas de ensino, no campo sindical e no campo político.

No campo específico das relações de gênero, trata-se de medidas que vão além do controle de aplicação das leis de igualdade, visto que seu objetivo é propor programas que garantam às mulheres, avanços concretos e igualdade de oportunidades, o que está ainda longe de ser realizado.

Ainda em discussão, a política de ações afirmativas, já definiu bem os seus objetivos: eliminar as desigualdades no acesso da mulher ao poder político, formação escolar e profissional; construir iniciativas e projetos de capacitação e formação para igualdade de oportunidades; aumentar a presença de mulheres em profissões, campos de trabalho e postos de responsabilidade e decisão em todos os níveis; construir um novo sistema político de organização educacional e de trabalho, fundado na igualdade de oportunidades e de resultados, entre homens e mulheres; valorizar os recursos humanos; assumir a diferença homem/mulher como uma riqueza e não como um problema e favorecer um melhor equilíbrio nas responsabilidades familiares, profissionais e políticas e na vida de homens e mulheres.²⁴

As lideranças práticas continuam sob o impacto da aprovação da cota. Homens e mulheres já estão sentindo como as mesmas mexem fundo com conceitos, visões e a cultura política. Trata-se de revolucionar a forma cristalizada de exercício e distribuição de poder.

²⁴ SUPLICY, Marta. "Novos paradigmas nas esferas de poder." In: Estudos Históricos. Estudos Feministas, São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, n.º 1, pp. 132

Sabemos que os argumentos para concretizar os níveis de paridade fixam um patamar legal e permanente para os dois sexos, determinando que eles são representados por, ao menos, certo percentual, enquanto que as cotas específicas são temporárias e seus percentuais de acordo com as conquistas.

Esta ótica fez aflorar valores tradicionais arraigados, revelou resistências na divisão do poder, fez emergir a hostilidade de muitos homens frente ao desejo das mulheres de se colocarem em igualdade de condições, trouxe à tona a convivência entre discursos democráticos e práticas autoritárias.

Para além da barreira de haver muitas mulheres desinteressadas em inserir na política, a discussão sobre a política de ações afirmativas, encontra no caminho argumentos contrários. Só no PT, os argumentos usados foram: o questionamento sobre a capacitação política das mulheres; a dificuldade de se encontrar mulheres capazes e dispostas a assumir a direção; o risco de fragilizar o partido ao se compor uma direção menos experiente; a difícil compreensão e aplicabilidade do mecanismo numérico para o conjunto do partido e a arbitrariedade e artificialidade de um percentual.²⁵

Na cidade de Uberlândia, 70% dos servidores municipais são mulheres²⁶, segundo a vereadora Liza Prado. No entanto, ao lado de Fátima Paiva, são as duas únicas vereadoras do atual mandato, sendo no anterior (1992 a 1996) apenas a Liza

²⁵ Idem, pp. 154.

²⁶ Este índice refere-se aos cargos do município considerando, basicamente, as professoras, que é o mais ocupado por mulheres. Por isso um valor alto.

Prado. Em 1992, nas eleições municipais, as mulheres conquistaram 3,3% de representação chegando a 7% nas eleições de 1996.

Já em 1996 contamos com uma grande conquista política. Após 109 anos uma mulher chega à vice-prefeitura de Uberlândia e a partir do momento em que homens e mulheres caminham para o mesmo objetivo teremos com certeza uma política diferente, de resultados bem mais positivos e satisfação de ambos interesses.

Homens e mulheres são diferentes pela imposição de papéis sociais e contribuem de modo diferente para o bem comum, com o mesmo direito de acesso aos bens, recursos e gestão da sociedade.

No sentido da paridade e da disputa entre gêneros, a vereadora Fátima Paiva tem a seguinte resposta:

"Então eu acho que a nossa caminhada é de homens e mulheres, eu gostaria imensamente que houvesse mais mulheres. Que nós tivéssemos aqui meio a meio. Isso seria muito importante, eu acho que cresceria muito a visão, menos de negociação e mais de busca de soluções."²⁷

Um primeiro fator no conjunto das explicações para a baixa participação feminina na política refere-se à socialização diferencial entre homens e mulheres, em

²⁷ Entrevista à vereadora Fátima Paiva em 23 de dezembro de 1999.

cuja base encontramos o aprendizado dos papéis ligados ao sexo, sob os valores de uma "cultura feminina" que reforça os valores da socialização diferenciada.

Os ciclos de vida da mulher - casamento e maternidade - ampliam suas tarefas, definidas pela socialização diferenciada, enquanto que a paternidade não implica necessariamente numa mudança no estilo de vida e os homens podem continuar desempenhando seus afazeres normalmente. Este é o segundo fator. Segundo o vereador Renato Bouças:

*"Eu acho que, por exemplo, existem várias barreiras como a questão de ser mãe, a questão de ser esposa ou de estarmos numa sociedade machista, de ser impedida muitas vezes de sair de casa, não ser tão livre para poder sair, vamos dizer, como o homem. O homem fica até tarde na rua e tem contato com várias pessoas e tem como levar, vamos dizer, sua mensagem. A mulher já é um pouco discriminada nesse sentido."*²⁸

As mulheres trabalhadoras enfrentam toda sorte de dificuldades: sua remuneração, em geral, é mais baixa, há discriminação para o acesso aos postos de trabalho, para a ascensão profissional e até para o próprio exercício do trabalho. Sobre as mulheres recaem ainda quase todas as tarefas domésticas e de criação dos filhos. Além disso, não existe suporte social adequado, para a saúde, a educação e a maternidade. Da perspectiva dos trabalhadores, não se pode imaginar

a elevação do padrão de vida e a existência de uma real igualdade de oportunidades para todos sem que as questões que afetam as mulheres sejam envolvidas.

Continuando o seu pensamento, Renato nos coloca:

"Eu acredito que ainda exista diferença na questão do trabalho, as vagas dos cargos de maior patente, digamos assim, dos cargos melhor remunerados, geralmente são da sua maioria ocupados por pessoas do sexo masculino ainda. Mas eu ainda vejo muito desinteresse por parte das mulheres, em geral, em poderem correr atrás."²⁹

Chegamos aos fatores cruciais para justificar esta diferença: a educação e a posição sócio-econômica. Assim, quanto mais alto o grau de escolaridade obtido, quanto maior o prestígio da sua profissão, quanto mais alta a ascensão social e a posição econômica, quanto mais elevado será o status na rede de inter-relação social e pessoal, maiores são as chances de ascender à elite política.

Ainda segundo o vereador Renato Bouças:

"Nós temos que investir principalmente na educação desse povo, na formação do preparo desse povo para realmente nós termos ele inserido, no contexto mundial, nos países de 1º Mundo. E para isso acontecer está um pouco distante, exatamente porque nós não temos

²⁸ Entrevista ao vereador Renato Bouças em 05 de abril de 2000.

²⁹ Entrevista ao vereador Renato Bouças em 05 de abril de 2000.

uma educação que leve a isso. Eu acho que tendo escola, tendo vagas nestas escolas não significa que nós estaríamos tendo automaticamente esta educação, não significa que nós não teremos analfabetos que teremos uma população preparada. Eu acho que o preparo deve ser de várias formas tanto para poder saber , quanto para ter uma vida digna com seu trabalho e tal, mas para produzir para o país.”³⁰

Sendo assim, o importante não é eliminar as diferenças em nome da igualdade, mas ao contrário, as diferenças de gênero devem estar sendo reconhecidas e integradas nas teorias e práticas. Isso implica em recriar um paradigma e uma concepção de democracia.

Politicamente, igualdade e diferença são até compreendidas como conceitos contrapostos, pois a primeira dá impressão de positivo enquanto a segunda, de negativo. Entretanto, vem se estudando a possibilidade de combinar a eliminação das discriminações baseadas nas diferenças.

Ao elaborarmos nosso questionário de entrevista, consideramos que os/as vereadores/as tinham projetos diferenciados, direcionados a uma classe ou ao interesse particular do seu partido. As perguntas variavam de acordo com o trabalho de cada vereador/a.

³⁰ Idem

Constatamos, de acordo com as entrevistas, que a idéia tão ingenuamente defendida de que uma mulher eleita poderia espontaneamente defender os interesses das mulheres, antes mesmo de defender o programa do seu partido, não era apenas capenga do ponto de vista da sua verificação empírica, mas revelou a percepção deficiente da democracia que consistiria em desejar que os membros políticos agissem segundo seu pertencimento de gênero.

Observa-se na fala da Liza estas questões.

"Talvez pode ser uma falha minha também, por eu não ser muito orgânica, eu sou uma pessoa muito dispersa, talvez pode ser isso, ou talvez a disputa por ser mulher talvez a gente tenha dificuldade maior com o movimento de mulheres. É uma disputa, ela é camuflada, se você disser isso as pessoas vão negar, então infelizmente até numa fábrica quando eu vou panfletar, o homem recebe melhor o meu panfleto do que a mulher. Eu creio que eu não fui apoiada pelo movimento de mulheres organizado como tem algumas candidatas a nível nacional que são apoiadas especificamente por uma categoria. Por exemplo: eu não tenho, até tenho um trabalho nessa área, mas como mulher sou respeitada pela minha atuação, pela pessoa, mas eu acho que não basta ser mulher pra poder saber respeitar os anseios de nós mulheres. Porque tem que ter sensibilidade com o problema mais global, a questão da mulher, a questão de gênero e algo mais, eu acho que ela é uma questão, é, como eu diria, dentro de um contexto maior

que é da própria sociedade, de como que ela trata o homem e a mulher, nesse sistema que nós vivemos. Então não foi um trabalho especificamente nessa área, até eu sentia, eu não posso dizer que eu sentia discriminada pelo movimento. Acho que não.”³¹

Ao perguntarmos também à vereadora Fátima Paiva se ela se preocupava em defender projetos que beneficiassem a condição feminina ou ainda se esta foi a preocupação inicial da sua carreira política, obtivemos a seguinte resposta:

“Eu vejo que é complexo. A Câmara Municipal de Uberlândia teve oito vereadoras em sua história e tivemos aqui no plenário mulheres excepcionais, mulheres de grande cultura, de uma vivência profunda, profissional o que trouxe à Câmara um nível excelente, eu diria, das mulheres que participaram. Nós tivemos a Olga, que é professora; tivemos a Normy que foi diretora muitos anos; tivemos a Martha Panunzio, professora, militante e escritora; nós tivemos a Nilza Alves, a vereadora mais votada até a última legislatura, pessoa de uma cultura proeminente e combativa, uma pessoa que exerceu a função por um longo tempo, um mandato de seis anos se eu não me engano, um mandato tampão, que penou na mão dos homens que aqui estavam, por sua cultura e sua capacidade com certeza incomodou a muitos aqui

³¹ Entrevista à vereadora Liza Prado em 05 de abril de 2000.

pela sua capacidade de atuação; historiadora. E vejo a presença da Liza, uma menina combativa, que luta e que tem uma vontade política de desenvolver. E vim eu para estar aqui. Não sou “expert” em educação, em social, em nenhuma área. Não sou técnica, mas eu configuro de certa forma a média da mulher média.”³²

Podemos concluir com isto que o sexo feminino representa hoje uma importância diferente para os políticos, mas para conseguirem se destacar ou simplesmente sobreviverem em um ambiente essencialmente masculino, como a política, muitas mulheres se vêem obrigadas a abandonarem quase que por completo seu lado feminino, assumindo muitas vezes uma postura masculina, para conquistarem a respeitabilidade que seus cargos exigem e garantirem condições de igualdade com seus opositores. No caso das duas vereadoras ficou claro que elas não tiveram essa preocupação como prioridade e no caso da Liza ela demonstrou até uma indiferença ao movimento de mulheres.

Nessa perspectiva, as repostas serviram também para definir a máquina legislativa e seu funcionamento. Concluímos que esta se movimenta de acordo com os interesses do povo e do próprio vereador. Muitas vezes, a concorrência é a principal engrenagem que move esta máquina tão complexa e maquiavélica que é a do poder legislativo.

Renato Bouças complementando o seu discurso coloca que:

³² Entrevista à vereadora Fátima Paiva em 23 de Dezembro de 1999.

*"Eu acho uma coisa natural haver concorrência em qualquer sentido de atividade da vida humana. Se não houver concorrência alguma coisa está errada. Eu acho que não pode haver uma concorrência desleal. Eu acho que no momento em que uma pessoa eleita, que ocupa o cargo e a função de vereador, ela tem que caminhar procurando produzir o máximo possível e eu acho que da mesma forma que você deve encarar um aluno dentro da escola, se tem um bom aluno os demais têm que procurar também ter notas boas, tanto quanto aqueles que estão na frente. Então eu acho que assim também funciona o poder legislativo, assim como as empresas, uma querendo produzir tanto quanto a outra. Acho que todas as atividades humanas são norteadas mais ou menos nesse sentido. Se você ficar quieto, sem procurar fazer alguma coisa dentro daquela função que você exerce, você ficará para trás."*³³

Todavia, a concorrência apesar de ser considerada muito natural pelos legisladores, ela também pode ser muito desleal. Percebemos que há pressão por parte do partidos para que os vereadores desenvolvam projetos de renome na cidade. Isso justifica o grande número de Leis que há em Uberlândia. Atualmente está em torno de 8000 Leis para nosso município. Observa-se que esta é a prova da necessidade de se registrar as idéias e ter o nome publicado.

³³ Entrevista ao vereador Renato Bouças em 05 de abril de 2000.

Enquanto que na visão do vereador Vilmar Resende:

*"Eu não acho que há concorrência pelo projeto e sim pela divulgação do projeto. Pelo pai ou pela mãe. Porque é pela idéia, pelo nome porque você está em evidência constantemente. E essa disputa é muito natural. Essa disputa na Câmara, ela é natural. Até porque como dizem o mundo é dos mais espertos. Para você ter idéia a gente procura logo registrar porque outro pode ter idéia."*³⁴

Desse modo, podemos afirmar que nossos políticos têm atitudes desonestas para com seus colegas e conosco também. Muitos deles apenas denominam um logradouro durante um ano inteiro de legislação e aproveitam os canais de comunicação para se destacar dos demais. Estes aparecem na hora, têm uma boa oratória e sabem, principalmente, distorcer os fatos para aparecerem.

"O executivo revogou a Lei que a gente tinha aprimorado, de certa forma, e fez uma nova em cima daquilo que a gente tinha apresentado. Então as pessoas têm uma necessidade muito grande de se aprimorarem e vê aqui, vereadores concorrendo com outro em cima de uma Lei. Lamentavelmente são atitudes de pessoas que se apropriam. Então é a ânsia de mostrar serviço, muitas vezes para permanecer no

³⁴ Entrevista à vereadora Liza Prado em 21 de fevereiro de 2000.

*poder. Então são coisas que nós temos que trabalhar, eu não diria só na Câmara, mas em todos os setores, onde existe o ser humano existe a concorrência, existe a busca da sua participação maior, então, eu diria que aqui é uma vitrine, é um foco, onde as pessoas vêem, às vezes, de uma forma muito negativa e lamentavelmente é o que a gente percebe.*³⁵

Como concorda o vereador Vilmar Resende:

*"Muitas das vezes temos legisladores - e eu não quero ser anti-ético - que aqui nós temos um programa de televisão ao vivo que funciona das 10 horas às 10:30 e tem vereador que só abre a boca quando a televisão está em cima dele para tentar aparecer para a comunidade, jogar uma mensagem falsa para a comunidade."*³⁶

Este mesmo discurso está presente em setenta e cinco por cento dos entrevistados. Afirmamos, assim, que nossos representantes quase nunca se preocupam em cumprir as metas de início de legislatura. Não existe um grande projeto com continuidade na Câmara. Estamos sempre sendo vítimas de seus disfarces, como diz o vereador Renato Bouças.

³⁵ Entrevista à vereadora Fátima Paiva em 23 de dezembro de 1999.

³⁶ Entrevista ao vereador Vilmar Resende em 21 de fevereiro de 2000.

"Eu falo assim, que tem como na Bíblia fala: "tem lobos vestidos em pele de cordeiro." São pessoas que você tem que procurar diferenciar e muitas vezes a população e as pessoas que são ouvintes, às vezes não sabe diferenciar uma coisa da outra, não. Tem pessoas que são aparecidas mesmas, que em todo lugar está na frente, querendo aparecer, fala mais do que o homem da cobra e vai assim por diante. Então eu acho que tem que ver as ações, tem pessoas que às vezes são mais cautelosas, são de falar menos e produzir muito mais do que aquelas que falam adoidado."³⁷

Nesse sentido, acreditamos que hoje a necessidade maior é de mudar o regime político de "produção de verdade" e não a consciência das pessoas e o modo com que se teceu essa consciência.

Acreditamos também que a verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade sempre é produzida por meio de múltiplas coerções que, por sua vez, produzem efeitos regulamentados do poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, isto é, os discursos que ela escolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados "verdadeiros dos falsos", a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

³⁷ Entrevista ao vereador Renato Bouças em 05 de abril de 2000.

Dentro da Câmara Municipal de Uberlândia acontece justamente esse jogo de manipulação da verdade, o que chamam de "poder do convencimento". Muitas vezes nós somos enganados por um grupo de interesses comuns, como é o caso do "time do prefeito", que não só é capaz de impor as verdades aos colegas como de transmiti-las ao eleitorado.

"Mas muitas coisas são abordadas e nem sempre são clareadas, exatamente pelo poder que o prefeito tem de ingerência do poder legislativo. Então ele vem, através da maioria que ele obtém aqui na Câmara, não sei de que forma, mas ele tem dos vinte e um vereadores, treze são simpatizantes que votam habitualmente em tudo que ele determina, em tudo que ele manda. Então tendo a batuta na mão, que é a do maestro, que é o líder do prefeito, aqui tem o representante dele que é o líder do prefeito que fala "vocês votam assim, votam assado", então é ele que determina, mandado pelo prefeito, evidentemente, combinado anteriormente para saber quais os projetos vão entrar na pauta. Então se a gente faz qualquer denúncia, muitas vezes ela cai no vazio exatamente porque tem ingerência do poder executivo com esse grande poderio que tem de estar a frente de uma máquina administrativa - dez mil funcionários, trezentos milhões de reais anuais isso é a máquina administrativa - que é monstruosa e passa que nem patrula em cima de uma minoria que possa existir. Então, quer dizer, a principal dentro de uma comunidade onde as pessoas fossem

*conscientes, realmente soubessem que é ser, quem é cidadão e exercer com plenitude o seu papel de cidadão saberia que uma das funções, a função primordial do vereador é realmente estar atento à fiscalização dos recursos públicos, porque o resto é discurso.*³⁸

O que se nota claramente é que o poder do discurso, da manipulação da fala, prevalece sobre a realidade do nosso Plenário. Há que se considerar que isto faz parte do jogo político, visto que, de forma ampla o Brasil é governado assim. Temos que ressaltar que por trás do discurso existem seres humanos que não percebem que não só nos prejudicam como prejudicam a si mesmos indiretamente.

Infelizmente nem todos têm a disposição de fiscalizar quem se elegeu, de cobrar o prometido, de provocá-los a desempenhar suas verdadeiras funções. Afinal, nossos representantes são indicados para isso: desenvolver projetos a beneficiar a todos e fiscalizar o dinheiro dos impostos cobrados pela prefeitura, seus recursos e aplicações, já que não existe, de forma alguma, aplicação de recurso sem aprovação da Câmara Municipal de Uberlândia.

Cabem a nós, eleitores, manifestarmos nossos interesses mais calorosamente de forma a despertar em nossos representantes a visão da comunidade que o mantém no poder, colocá-lo em contato com as inspirações legítimas da comunidade.

³⁸ Entrevista ao vereador Renato Bouças em 05 de abril de 2000.

"Interessante, eu descobri aqui uma coisa muito legal, primeiro a gente copia muito, o vereador, em geral, ele copia, ele não é muito criativo, a gente copia muita coisa que está acontecendo em outra cidade. Mas o vereador está sempre de antena ligada. Então como a gente tá de antena ligada, a gente procura saber qual é a necessidade do povo. (...) Um mandato para mim é um instrumento e o que me motiva a trabalhar nesta área legislativa e no mandato é justamente isso, é a visão que você tem, que você aprende e a sensibilidade que você adquire e o mais importante, que a motivação, é o instrumento. Você é um instrumento para poder trabalhar a consciência das pessoas".³⁹

Conhecermos a personalidade política dos nossos vereadores foi um trabalho de muito pulso. As cenas de disputa política são freqüentes e marcadas por xingatórios. Tornava-se cada vez mais difícil entender quem eram esses políticos.

É necessário ressaltar o risco que pode significar a generalização desse perfil para os demais que atuam no poder local. A grande diferenciação sócio-cultural de Uberlândia traz por consequência reflexos na composição do eleitorado, nas práticas políticas, na estrutura do poder e na própria divisão do trabalho, impedindo-nos, assim, de generalizar.

A consciência de "ser" mulher parece não mobilizar muito as nossas vereadoras. Nenhuma delas, como já dissemos, teve como objetivo defender os

³⁹ Entrevista à vereadora Liza Prado em 05 de abril de 2000.

interesses do sexo feminino. O desejo de melhorar as condições de vida do município, num sentido generalizado, supera os demais objetivos para elas.

As razões apontadas por nossos/as vereadores/as para candidatarem-se ao cargo público são muito variadas. Os interesses familiares são determinantes, apesar de encontrarem-se disfarçados em palavras como convite, ajuda, solicitação, entre outras. De acordo com as entrevistas podemos afirmar que as justificativas encontradas resumem-se em: desejo de representar o povo; ajudar ao partido; atender à solicitação de amigos e, para melhorar o município.

Pode-se observar na fala do vereador Vilmar:

" Eu não tinha a intenção de candidatar a nenhum cargo público mas a vida inteira eu lidei com pessoas, eu participei com pessoas e em março de 92 um grupo de amigos, cerca de trinta pessoas, me procurou dizendo que era importante eu aceitar assumir um cargo e eu retruquei naquele momento, não queria de forma alguma porque nunca tinha me passado pela cabeça e quando foi em abril nós decidimos unto com esse grupo que era hora de assumir a candidatura à vereador aqui em Uberlândia."⁴⁰

As respostas das vereadoras merecem destaque na íntegra.

⁴⁰ Entrevista ao vereador Vilmar Resende em 21 de fevereiro de 2000.

*"Em função deste comprometimento com as pessoas e crendo no projeto de Deus para minha vida que eu fui delineando ao longo do tempo, sem saber o que era a questão política, que poderia servir numa amplitude maior e por isso, de repente , me deparei com a política e entrei."*⁴¹

E ainda na fala da Liza:

" Eu era política e não sabia. Então eu sempre fui uma pessoa que queria muito participar da vida orgânica da cidade. Eu já participava do grupo de jovens na Capela Santo Antônio foi onde começou a minha primeira participação política, foi pela igreja. Eu participava de um grupo "Juventude e Ação Mariana" e nós fazíamos uns trabalhos interessantes na área social. Então eu comecei logo em seguida na Capela Santo Antônio no grupo de jovens e a igreja me deu essa visão de justiça. E eu já logo comecei a conviver com pessoas que tinham uma visão além da igreja e que eram da igreja. Era uma visão bem mais avançada. Daí eu comecei a participar de associação de moradores, mobilizar para alguns interesses da população onde eu morava, depois eu fui para a União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia e até o momento eu não tinha idéia de entrar na política.

⁴¹ Entrevista à vereadora Fátima Paiva em 23 de dezembro de 1999.

Disputei eleição lá. Nós ganhamos. Fizemos um trabalho interessante e eu comecei a ser conhecida e de repente eu me filiei à um partido, um partido político - O PCdoB (Partido Comunista do Brasil) - e antes disso eu procurei alguns amigos da associação de moradores; eu queria ajudar nas eleições, eu queria ajudar um candidato que ajudasse o povo, que tivesse sensibilidade e que fosse um candidato ..., eu tinha um perfil de um candidato, então era essa a visão que eu tinha. Então um amigo meu, o Eduardo Santana que foi candidato aqui, é médico, hoje ele está inclusive na Associação Nacional dos Médicos a nível nacional numa entidade também, então o Eduardo foi essa pessoa que me ajudou muito na política e me apresentou ao pessoal do PCdoB e disse: "Olha, aqui eu tenho certeza que você vai estar votando em gente que não vai te decepcionar." E aí eu ajudei no partido durante três eleições e ajudei a construir o partido também, aqui em Uberlândia e depois disso o pessoal - depois que o candidato já tinha saído pelo partido três vezes - disseram, olha agora o candidato vai ser você. Daí os sindicatos me lançaram e até então eu comecei dentro do partido a ajudar todos os sindicatos, fosse numa eleição ou greve. Então eu comecei a ter uma participação política mais ativa dentro do movimento sindical. E nesse meio tempo aí, da UESU ao partido eu comecei a trabalhar num jornal também como repórter fotográfica do Jornal O Triângulo e comecei a ter uma visão mais global da cidade. Então, participando do movimento sindical e trabalhando no jornal eu comecei

a ter uma visão: eu cobri Câmara Municipal, Prefeitura, cobri alguns eventos da nossa sociedade e manifestações, então eu comecei a estar muito ligada. Então minha primeira eleição em 1992; eu tô no segundo mandato como vereadora; foi considerado um fenômeno que até então eu era conhecida em algumas bases sindical e estudantil onde houve alguns movimentos, mas não era para a cidade uma figura conhecida. Então foi considerado um fenômeno porque ninguém sabia quem era que estava disputando a eleição.”⁴²

Durante as sessões percebíamos a forma com que cada um usava o poder que tinha, fosse ele o da fala, o do convencimento, o da simpatia ou o da competência. Conforme já vimos nos trechos destacados das entrevistas, muitos utilizam a mídia para se manter no poder. Não dá para descrevermos cada um deles, mas podemos afirmar que há bons políticos em Uberlândia.

Não é de intenção deste trabalho apontar os defeitos, mas analisar seus projetos e procedimentos próprios de cada um, mostrar, de um modo geral, as características dos mesmos.

Notamos que a presença das mulheres incomoda os homens. Isso se dá pelo modo como elas averiguam os fatos e fatores políticos, em que a justificativa, segundo os vereadores, reside na “intuição feminina”. De um modo mais amplo, a relação entre eles é conflituosa exatamente pela concorrência que a política provoca.

⁴² Entrevista à vereadora Liza Prado em 21 de fevereiro de 2000.

Nesse sentido, o vereador Vilmar Resende tem a seguinte opinião:

“Neste momento você está me fazendo uma pergunta direcionada exatamente para duas vereadoras. Eu posso dizer o seguinte: eu para falar aqui e agora eu teria que ser anti-ético. Eu estou engasgado, entalado, mas... Eu vejo que tem uma vereadora que demonstra seriedade e a outra demonstra fantasia.”⁴³

Segundo sua opinião, o vereador Renato diz:

“Eu não tenho como te falar que é de base ou não. Sim, porque só se eu as acompanhasse para saber realmente se elas fazem um trabalho tendo contato com os bairros, junto aos moradores e às pessoas, onde elas residem. Mas eu acredito que elas façam um bom trabalho. Mas quem tem que analisar isso, é muito difícil eu na posição de estar aqui como vereador, eu estar acompanhando com afim o que elas realmente estão fazendo. Elas apresentam propostas, projetos que nós consideramos interessante e eu acho que são pessoas que, com certeza, têm contribuído para a evolução dos trabalhos que realizam no poder legislativo.”⁴⁴

⁴³ Entrevista ao vereador Vilmar Resende em 21 de fevereiro de 2000.

⁴⁴ Entrevista ao vereador Renato Bouças em 05 de abril de 2000.

As vereadoras, por sua vez, desenvolvem estratégias de poder em relação aos colegas: Fátima mostra-se competente, disposta e sempre presente às reuniões, participando exaustivamente de todos os compromissos com a Câmara. Liza, mantendo-se atenta aos programas do seu partido, enfrenta os seus pares com determinação e domínio próprio.

Não existe diálogo sem discussão no que se refere aos assuntos da casa. Muitas vezes nos deparamos, nos corredores, com reclamações de que um quer “roubar” o projeto de outro. No fim, acaba-se formando os grupos dos contras. Isso é ruim porque é por este motivo, entre outros, que muitos projetos importantíssimos não são aprovados; por implicância contra determinado vereador.

CAPÍTULO III

POLÍTICA versus REPRESENTAÇÕES

Abordaremos aqui os projetos que tramitaram na Câmara Municipal de Uberlândia na década de 90, em especial, aqueles elaborados por nossas vereadoras, Liza Prado e Fátima Paiva, observando o nível da participação destas nas duas gestões subseqüentes.

Trabalhamos, num primeiro momento, em forma de gráficos os dados que obtivemos na pesquisa, faremos agora uma análise dos mesmos no intuito de chegarmos aos posicionamentos dos sujeitos envolvidos, redefinindo os rumos da política uberlandense.

O primeiro gráfico que segue refere-se ao primeiro mandato da década de 90, isto é, o mandato de 1992 a 1996. Os projetos são bem diversificados e variam ano após ano. Abordaremos aqueles aprovados e não os que foram indeterminados em seus destinos.

A partir deste gráfico observamos que as áreas que os vereadores desenvolveram mais projetos foram: 1º lugar – denominação de vias e logradouros; 2º lugar – saúde e 3º lugar, com empate – torna-se de utilidade pública as entidades mencionadas; educação e transportes. Deste modo, chegamos à conclusão que grande parte dos legisladores atendeu às preocupações básicas de qualquer cidade, considerando seus discursos durante as eleições.

Os projetos foram distribuídos da seguinte forma:

SAÚDE

AUTOR	PROJETO
Aniceto	Obriga a instalação de caixa exclusiva para escoamento de óleo e lama oriundos de serviços de veículos.
Bauer	Obriga distribuição gratuita de preservativos.
Bauer	Torna gratuito o exame do pezinho.
Fábio Araújo	Institui prioridades na marcação de consultas médicas na rede municipal.
José H. Lemes	Determina reserva de locais para não fumantes.
Liza Prado	Dispõe sobre normas higiênicas para estabelecimentos de saúde.
Liza Prado	Dispõe sobre o fornecimento de preservativos em hotéis e similares.
Liza Prado	Cria o programa permanente de controle da AIDS e D.S.T.
Onofre	Institui o programa de escovação nas escolas municipais.
Renato Bouças	Cria o programa higiene capilar para as escolas municipais.

EDUCAÇÃO

Adair	Educação para o lar: determina a rede municipal de ensino a instruir seus alunos a como usar, escolher e comprar produtos para seus lares.
Bauer	Obriga atendimento especial nas escolas municipais em período de férias.
Hélio Ferraz	Inclui nas atividades extra-curriculares o programa de reciclagem do lixo e higiene.
Hélio Ferraz	Inclui a educação para o trânsito como disciplina nas escolas municipais.
Liza Prado	Assegura os grêmios estudantis das escolas municipais.

Liza Prado	Cria programa de orientação sexual de 5ª a 8ª séries nas escolas municipais.
Misac	Cria o programa o teatro vai à escola.

TRANSPORTES

Adair	Dispõe sobre instalação de abrigo para usuários de transporte junto às rodovias e estradas.
Aniceto	Determina fixação de escala de horário do transporte coletivo urbano.
Hélio Ferraz	Determina a sinalização de trânsito nas proximidades das escolas.
João Bittar	Obriga instalação de bancos e abrigos nos pontos de paradas de ônibus.
Liza Prado	Regulamenta os serviços de transporte coletivo urbano.
Luiz Carlos	Cria o programa de atendimento ao transporte.
Misac	Gratuidade nos coletivos para os presidentes das associações.
Misac	Fixa tempo de vida útil para coletivos urbanos.
Misac	Cria o programa de passe provisório para o desempregado.

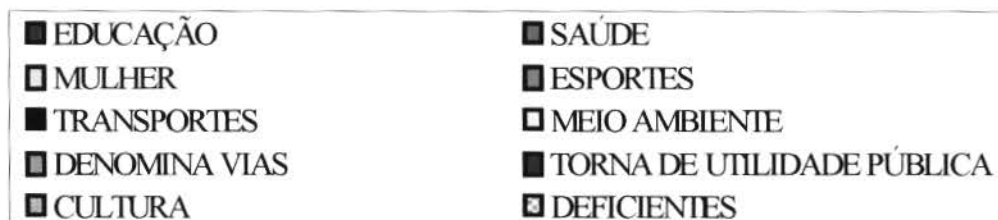
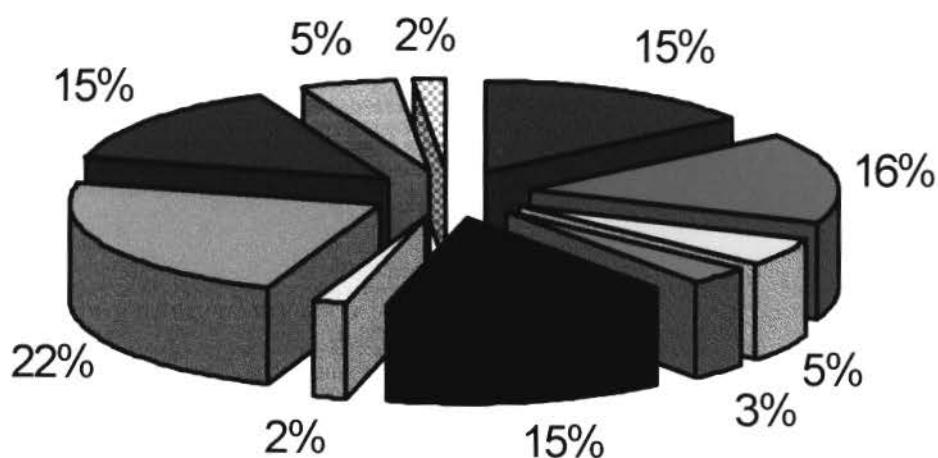
ESPORTE

Carrijo	Cria estímulos ao esporte amador.
Custódio	Cria o fundo municipal para o esporte amador.
Tenente Lúcio	Institui programa de prática desportiva como promoção social.

Interessante observar que em todas as legislaturas vigentes na década de 90, os anos que iniciam e encerram-nas são os períodos em que se tem um maior volume de projetos tramitados na Câmara Municipal de Uberlândia.

GRÁFICO I

PROJETOS TRAMITADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA ENTRE 1993 E 1996



Fonte: Livro de Relação de Projetos da Câmara Municipal de Uberlândia

Assim, tomando por base as entrevistas realizadas, podemos afirmar que há um complexo jogo de interesses por parte dos vereadores em se mostrarem eficazes e assim garantirem uma nova reeleição.

Neste período, ainda tínhamos altos valores para a saúde e a educação perante os demais projetos. É certo que boa parte dos legisladores desse mandato vinham com um propósito de renovação, reformulação e estavam cheios de garra,

dispostos a mudar a cara dos políticos de Uberlândia, mas, aos poucos, foi-se cedendo à pressão do ritmo da Câmara.

Seguindo a ordem das legislaturas dispomos ainda de mais dois gráficos os quais se referem ao primeiro e segundo biênios do mandato de 1996 a 2000. Um fato que merece destaque e que justifica, muitas vezes, o volume de projetos em determinada área é que boa parte dos vereadores conseguiu a reeleição.

Observamos também que as vereadoras presentes na segunda legislatura, da década de 90, preocuparam-se em desenvolver bons projetos. A Fátima tem projetos na área de transporte coletivo, saúde, mulher, enquanto que a Liza tem uma visão mais ampla, praticamente tem projetos em todas as áreas, como ela mesma cita em sua entrevista.

No segundo gráfico observa-se uma queda dos projetos destinados à educação. Seria preocupante se não conhecêssemos os fatores envolvidos na trama. Este gráfico refere-se à uma nova legislatura, apesar de manter alguns elementos da anterior. Devido ao aumento em certas áreas, podemos dizer que as preocupações, nesse momento, dirigem-se ao meio ambiente, mulher e saúde. Quanto à saúde o retorno de algumas doenças consideradas erradicadas e o aparecimento de novas associadas às condições ambientais explica o acréscimo deste projetos. Quanto à mulher, observamos que 1997 é o ano que corresponde ao exercício das leis e portarias aprovadas referentes à condição feminina. O discurso da política de cotas ainda está quente e é o que se fala no momento.

MEIO AMBIENTE

Liza Prado	Dispõe sobre o programa ambiental.
------------	------------------------------------

ESPORTE

André Goulart	Cria o conselho municipal de esporte.
---------------	---------------------------------------

MULHER

Liza Prado	Cria sistema de cadastro de mortalidade materna.
Liza Prado	Cria a medalha de mérito ao dia internacional da mulher.
Liza Prado	Institui campanha permanente em defesa dos direitos da mulher e contra violência e discriminações de que são vítimas.
Liza Prado	Cria o programa de combate ao racismo e discriminação.

SAÚDE

Fátima	Cria o programa saúde móvel para a família rural.
Geraldo Júnior	Cria o programa integrado de saúde e higiene nas escolas da rede municipal de ensino.
Hélio Ferraz	Institui o conselho municipal da pessoa que vive com HIV/AIDS.
Misac Lacerda	Institui a semana municipal do doador de sangue.
Renato Bouças	Estabelece normas para o comércio de alimentos.
Vilmar Resende	Institui meios de combate à mosca do chifre.

As áreas que não foram tão contempladas podem ser assim descritas:

CULTURA

Geraldo Junior	Cria o conselho municipal de cultura.
----------------	---------------------------------------

TRANSPORTE

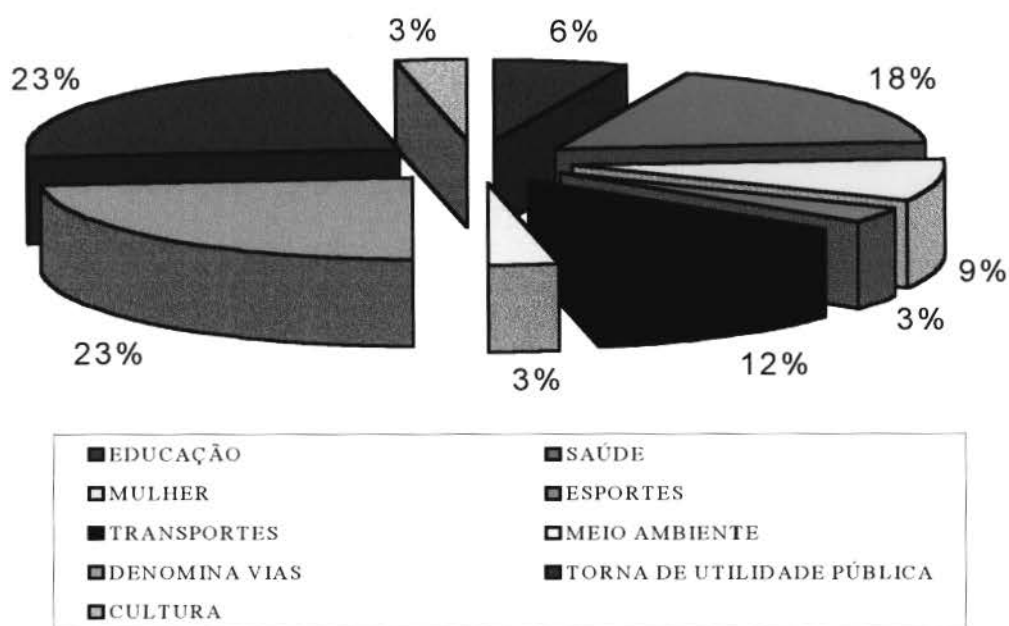
Aniceto	Dispõe sobre o transporte coletivo.
Aristides	Altera Lei sobre serviços de transportes coletivos urbanos.
Bauer	Cria estacionamento rotativo.
Fátima	Dispõe sobre placas informativas nos pontos de ônibus.
Felipe Attiê	Determina normas para veículos de tração animal.
Francisco Hélio	Dispõe sobre moto-táxi.

EDUCAÇÃO

Geraldo Junior	Cria o fundo de desenvolvimento tecnológico da educação.
Liza Prado	Institui programa Bolsa Familiar para a educação.

GRÁFICO II

PROJETOS TRAMITADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE
UBERLÂNDIA ENTRE 1997 E 1998

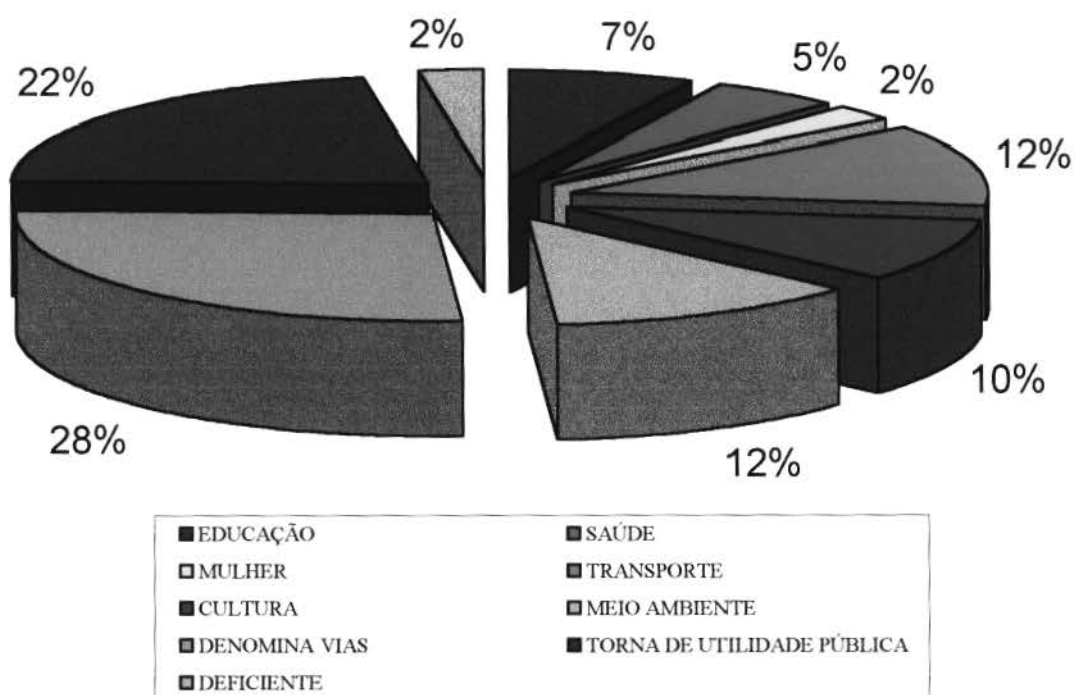


Fonte: Livro de Relação de Projetos da Câmara Municipal de Uberlândia

Observa-se no Gráfico 3 que há um considerável aumento nos projetos destinados ao meio ambiente e à cultura, valores jamais vistos até então. A justificativa: Brasil 500 anos. A preocupação é, agora, de ter um projeto que faça parte desta comemoração. Estes variaram desde a distribuição de mudas de Pau Brasil até a (re)valorização da cultura indígena e negra, esquecendo definitivamente certas áreas de extrema importância como o estímulo ao esporte.

GRÁFICO III

PROJETOS TRAMITADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA ENTRE 1999 E 2000.



Fonte: Livro de Relação de Projetos da Câmara Municipal de Uberlândia

Para melhor fixarmos estes projetos construímos um quadro em que se tem os projetos destinados, diretos ou indiretamente, à comemoração do Brasil 500 anos.

AUTOR	PROJETO	ANO
André Goulart	Cria o programa de plantio de mudas de Pau Brasil durante as comemorações dos 500 anos de Descobrimento.	1999
Aniceto Ferreira	Cria o programa "Resgatando a cultura popular."	1999
Aniceto Ferreira	Cria o monumento do 5º Centenário do Brasil à população indígena do Triângulo Mineiro denominada Kayapônia.	1999
Hélio Ferraz	Institui a semana das tradições afro-brasileiras.	1999.
José Corsino	Dispõe sobre o canteiro verde: normatiza arborização dos canteiros nas vias de duas pistas (retirado).	1999.
Liza Prado	Institui bolsa de estudo para pesquisas ambientais.	1999.

De acordo com a demanda da comunidade é que são feitos os projetos, isto é, se a comunidade necessita e solicita muito, por exemplo, postos de saúde se tem um acréscimo de projetos nesta área assim como temos, em 1999, projetos destinados a gratuidade do exame de DNA a pessoas carentes. Isto significa dizer que os projetos são constituídos seguindo as falas do momento.

Segundo o vereador Vilmar Resende:

"O trabalho legislativo funciona como uma máquina e essa máquina é o público do vereador que solicita. São pessoas que nos procuram no

*nosso dia a dia que pedem. Por exemplo: Vilmar eu quero que você faça um requerimento ou um projeto na área tal.*⁴⁵

Dessa forma, conseguimos apreender o trabalho feito pelos nossos vereadores/as, neste período estudado, suas metas políticas e o seu desempenho. O tema é denso e permite, ainda, muitos estudos e considerações. Esperamos ter cumprido o primeiro propósito que foi de interrogar o que levou estas mulheres à política e perceber como a sociedade vê a atuação delas no poder público. No tocante de como elas compartilham as suas vidas particulares com a nova postura pública pudemos verificar que este trabalho é uma extensão de suas casas como observamos na fala da Liza Prado.

*"Eu sou uma pessoa que não consigo separar. Eu acho que minha vida é pública mesmo, até meus problemas parecem que são públicos, nem tampouco por causa dessa vida pública é porque eu não sou uma pessoa discreta, então é muito pela minha pessoa. Talvez as pessoas que têm um comportamento mais reservado são pessoas que conseguem separar estas coisas melhores e eu tenho uma certa dificuldade."*⁴⁶

⁴⁵ Entrevista ao vereador Vilmar Resende em 21 de fevereiro de 2000.

⁴⁶ Entrevista à vereadora Liza Prado em 21 de fevereiro de 2000.

Porém, o nosso objetivo central foi mostrar a dinamicidade das relações entre os vereadores e vereadoras dentro do legislativo, buscando evidenciar as estratégias de poder usadas por eles no exercício de legislar. O poder existe e acontece nas relações micro, no cotidiano, nas relações face a face e nas pequenas organizações e práticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolhermos trabalhar com gênero e política sabíamos das dificuldades que encontraríamos no caminho da pesquisa. Ressalvamos que as pretensões deste trabalho são mais de explorar do que concluir, visto que o tema é amplo em seus segmentos e permite diversas abordagens.

Argumentamos que uma compreensão mais ampla desse processo requer análises teóricas mais sistemáticas, assim como estudos comparados mais detalhados sobre os modelos políticos e os sistemas partidários e eleitorais.

A partir do início desta década, observa-se uma mudança de foco, tanto no âmbito da prática política como da produção teórica. Pensa-se mais o tema da relação das mulheres com o poder de Estado, do ponto de vista de suas estratégias de participação nas instâncias decisórias. Passa-se da ênfase nas formas de protestos à ênfase na formulação de políticas dirigidas à ampliação da participação institucional. Com efeito, a formulação de estratégias capazes de redefinir a presença das mulheres como sujeitos coletivos ganha centralidade nos movimentos. E passa a ser, também, objeto de maior atenção acadêmica.⁴⁷

A política é um assunto público que tem lugar no domínio masculino. Daí, a necessidade de construir um conceito de cidadania restritivo em relação às mulheres. O ativismo das mulheres expandiu a forma e o campo da política, e

⁴⁷ ARAÚJO, Clara. "Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil". In: Estudos Feministas. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, ano 6, n.º 1, p.73.

eventualmente redefiniu o que tinha valor político para todos, oferecendo-nos um modelo de cidadania social importante para as revisões contemporâneas.

Em decorrência, os direitos políticos da mulher, consubstanciados no exercício do voto foram efetivados apenas, em alguns casos, na metade deste século. Essa trajetória ajuda a explicar a lacuna ainda existente nos espaços de representação política, quando comparada à dos homens. Em resumo, não podemos compreender a política e suas transformações a menos que ampliemos nossa compreensão das variedades de participação.

Um novo paradigma político, ainda que esteja apenas começando no Brasil, acompanhado de um novo conceito para democracia – democracia paritária – aponta para as cotas como o aprimoramento da legitimidade política. A defesa das cotas se faz acompanhada de justificativas relativas aos seus efeitos simbólicos como as possíveis qualidades que as mulheres acrescentam à política.

É fato que a ampliação do número de mulheres no processo eleitoral, tentando a representação, tem um significado político e tende a influenciar o universo dos que serão representantes. Insistimos mais uma vez; não podemos compreender inteiramente o sucesso ou o fracasso, ou mesmo as estratégias e táticas daqueles que atuam na política se não levarmos em consideração as suas relações.

Uma série de questões relativas às estratégias tem a ver com as relações entre os “de dentro” – aqueles que trabalham como formuladores e implementadores de políticas, que são eleitos, e os “de fora” – aqueles que fazem manifestações, reivindicações, que tentam criar instituições alternativas e que são os eleitores. Para percebermos como os diferentes grupos políticos percebem seus papéis e medem

seus sucessos é preciso pesquisar como se dá a relação entre os “de dentro” como si mesmos e com os “de fora”.

Os estudos sobre a participação das mulheres na política podem nos ajudar a expandir nossas imaginações limitadas quanto às políticas públicas. Historicamente, a participação das mulheres criou novos espaços para a política, e expandiu dramaticamente nosso entendimento sobre a natureza política e as possibilidades da mesma e sobre o novo conceito de cidadania para o século que se aproxima.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Clara. "Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil". Estudos Feministas. São Paulo: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1998, ano 6, n.º 1, p.73.
- AVELAR, Lucia. Mulheres na elite política brasileira: Canais de acesso ao poder. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996, 94p.
- BESSA, Karla A. M. (org.) "Trajetórias do gênero, masculinidades ... Cadernos Pagu, Campinas, n.º 11 , 1998, 444p.
- BOAVENTURA, Edivaldo. Como ordenar as idéias. São Paulo: ÁTICA, 1997, 59p.
- BONAVIDES, Paulo. A crise política brasileira. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- . Ciência política. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BORGES, Vavy Pacheco. "História e política: laços permanentes". Revista Brasileira de História, vol. 23/24, ANPUH, Editora Marco Zero, 1992.
- CALIXTO, Daniela B.Borges. Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho em Uberlândia (1986-1997). Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.
- COSTA, Ana A. Alcântara. As donas no poder: mulher e política na Bahia. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 1998, 244p.
- COSTA, Cláudia de L. "O leito de procusto: Gênero, linguagem e teorias feministas". Cadernos Pagu, Campinas, n.º 2, 1994, pp. 141-174.

FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1990, 9ª edição, 295p.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar. Rio de Janeiro: RECORD, 1997, 107p.

KNYCHALA, Maria Luisa. O feminino no poder executivo: As Secretarias Municipais de Uberlândia (1977-1996) Monografia apresentada ao Departamento de História, Universidade Federal de Uberlândia, 1999.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves. História de Uberlândia. Uberlândia: Editora Grafy, 1998.

OLIVEIRA, Eduardo P. de. Rompendo as barreiras do poder na Câmara Municipal – Uberlândia (1983-1992). Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Uberlândia em 1998.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci (org.) Mulheres: da domesticidade à cidadania. Águas de São Pedro: ANPOCS, 1987, 99p.

PEPPE, Carlos , BORGES, Anna M., COELHO, Juel B. Família e Sociedade Uberlandense. Uberlândia: Separate da Revista da Faculdade de Direito. Universidade de Uberlândia, 1975.

RAGO, Margareth. "As marcas da pantera: Foucault para historiadores." Campinas: Revista Resgate, n.º 5, pp. 22-32.

SCOTT, Joan. "A história das mulheres." In: A escrita da história. BURKE, Peter (org.), São Paulo: UNESP, 1992.

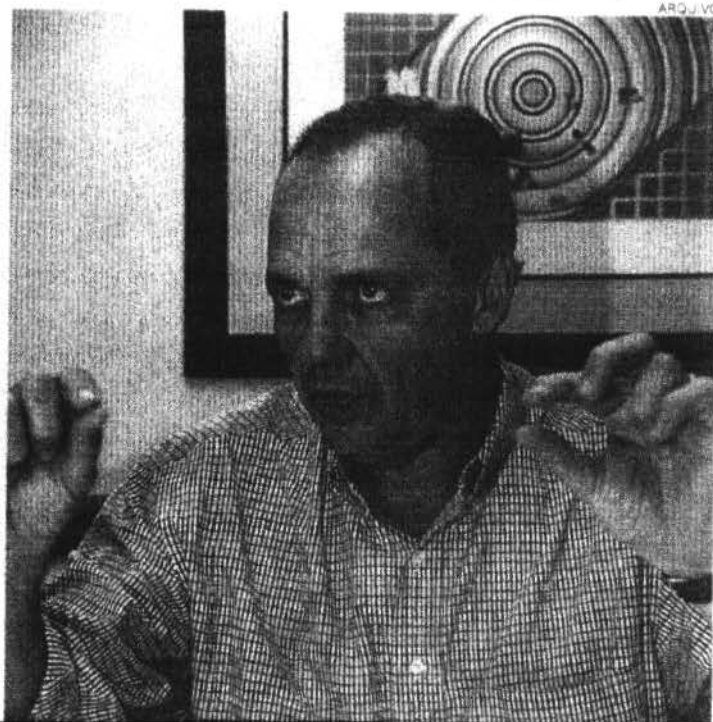
-----, "Gênero: uma categoria útil de análise histórica." Porto Alegre: Revista Educação e Realidade, 1990, n.º16(2), edição julho/dezembro, pp. 5-22.

- SOIHET, Rachel. "Enfoques feministas e a história: Desafios e Perspectivas. In: Gênero em debate. MATOS, Maria I. S. de e SOLER, Maria A. (org.), São Paulo: EDUC, 1997, 114p.
- SUPLICY, Marta. "Novos paradigmas nas esferas de poder." In: Estudos Feministas, São Paulo: Editora Fundação Getulio Vargas, 1996, n.º1, pp. 126-157.
- TAVARES, Maria da C. (org.) Aquarela do Brasil: Ensaio políticos e econômicos sobre o governo Collor. Rio de Janeiro: Editora Rio Fundo, 1991.
- VARINKAS, Eleni. "Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos." Estudos Feministas. São Paulo: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996, ano 4, n.º 1, pp. 65-94.b
- VÁRIOS AUTORES. "A democracia como desafio no fim do século". Papers. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993, n.º11, 35p.
- VÁRIOS AUTORES. "Comportamento eleitoral e marketing político: as novas prefeituras brasileiras. Papers. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997, n.º30, 54p.
- VÁRIOS AUTORES. "Crise ou mudança? O futuro da política na era da globalização." Papers. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1996, n.º24, 34p.
- VÁRIOS AUTORES. Mulher, história e feminismo. Cadernos AEL, Campinas, vol. 3/4, 1996, 293p.

Anexos



Liza teme campanha que leve à privatização do Dmae



Para Carlos Alberto, as negociações são de mão dupla

GABINETES

Maioria faz encaminhamentos

Para vereadores, é normal ajudar aqueles que os procuram

Sem se identificar, a reportagem ligou para alguns gabinetes de vereadores da situação e da oposição e constatou que, na maioria, é feito encaminhamento ao Dmae de vítimas de corte de água. No gabinete do Baiano, uma funcionária disse que para tratar do assunto somente pessoalmente, mas admitiu que alguém acompanharia a pessoa ao Dmae. O vereador não foi encontrado para falar a respeito.

Uma funcionária da vereadora Fátima Paiva disse que o gabinete nunca havia feito esse tipo de encaminhamento, mas ela sabia que a pessoa em débito teria que pagar uma ou duas parcelas para conseguir a religação da água. No gabinete de Liza Prado (PSB), a funcionária disse que esse tipo de encaminhamento não é feito por lá em nome da vereadora. No gabinete

de Geraldo Rezende Jr. (PMDB), uma assessora disse que a vítima de corte tem que ir pessoalmente para que o vereador possa ajudar a resolver o problema. Segundo Geraldinho, muitas pessoas têm procurado seu gabinete em situações "absurdas", como corte por atraso de apenas um mês. "O procedimento nosso é pedir ao Dmae que verifique a situação da pessoa, mas não temos retorno se ela consegue e como consegue a solução", diz.

No gabinete de André Goulart (PTB), é feito encaminhamento, por carta assinada pelo vereador, solicitando parcelamento e religação da água. No gabinete de Felipe Attiê (PFL), pessoas que sofreram corte de água são encaminhadas e conseguem parcelamento da dívida pagando uma conta atual e outra antiga até quitar o débito. Segun-

do Attiê, "pessoas são encaminhadas também para o Pró-pão, Pró-horta e outros, pedindo nos respectivos órgãos que as atendam com atenção". No caso do Dmae, ele diz que tem conversado com o Carlos Alberto pedindo a ele para apressar o serviço de triagem das pessoas carentes devedoras do órgão, candidatas ao benefício de anistia do débito, que será feito pela Secretaria Municipal de Ação Social.

O vereador Aniceto Ferreira (PT) diz que encaminha ao Dmae pessoas com problema de corte de água, mas que não sabe como o órgão resolve o problema. "Essa é uma obrigação deles, não nossa. Se a pessoa é carente e nos procura, temos que tentar ajudá-la. O que não pode acontecer é tratamento diferenciado, ou seja, religar a água de pessoas que não pagam nenhuma parcela e deixar

de religar de outras só porque não puderam pagar. Se isso estiver acontecendo, trata-se de falta de ética administrativa", observa.

Sobre a lei que prevê a anistia de famílias carentes em débito com o Dmae, Aniceto considera que "pouquíssimas" serão beneficiadas, uma vez que não se enquadram nos requisitos - um salário mínimo como renda familiar, consumir 15 metros cúbicos de água e 150 kw de energia. Segundo ele, vereadores de oposição entraram com emendas, inclusive ele, que propôs passar para 1,5 salário e consumo de 200 kw de energia e 20 metros cúbicos de água. "Propus, também, a possibilidade de parcelamento em até seis vezes a dívida das famílias carentes que não se encaixassem nos requisitos. Mas todas as emendas foram derrubadas", lamenta.

RELAÇÃO DOS PROJETOS QUE TRAMITARAM DE 1993 A 1996.

AUTOR	PROJETO
ADAIR	DENOMINA VIAS, CONCEDE TÍTULO DE HONRA AO MÉRITO E CIDADÃO HONORÁRIO. DETERMINA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO A INSTRUIR SEUS ALUNOS A COMO USAR, ESCOLHER E COMPRAR PRODUTOS PARA SEUS LARES. DISPÕE SOBRE PLACA DE SINALIZAÇÃO TURÍSTICA. INSTITUI A CORRIDA DA LIBERDADE EM HOMENAGEM A DATA DA MORTE DE ZUMBI DOS PALMARES. DISPÕE SOBRE INSTALAÇÃO DE ABRIGO PARA USUÁRIOS DE TRANSPORTE JUNTO À RODOVIAS E ESTRADAS.
ADALBERTO DUARTE	DENOMINA VIAS, LIMITES DE BAIRROS, ETC.
ANICETO	OBRIGA FORNECIMENTO DE CÓPIA DE CONTROLE DE MEDIÇÃO AOS CONSUMIDORES DE ÁGUA (RETIRADO). DENOMINA VIAS. OBRIGA PLACAS INFORMATIVAS NAS ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS OBRIGA A INSTALAÇÃO DE CAIXA EXCLUSIVA PARA ESCOAMENTO DE ÓLEO E LAMA ORIUNDOS DE SERVIÇOS DE VEÍCULOS. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SUS (RETIRADO). NORMAS / SERVIÇO DE TRANSPORTE DE TRAÇÃO ANIMAL (RETIRADO). FIXAÇÃO DE ESCALA DE HORÁRIO DO TRANSPORTE COLETIVO. DISPÕE SOBRE DIVULGAÇÃO DOS NÚMEROS DE TELEFONES DO PROCOM E VIGILÂNCIA SANITÁRIA. INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DE POSTURA EM Uberlândia - MG.B
ARISTIDES	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). ALTERA ARTIGO QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES ATÉ 2º GRAU. CONCEDE TÍTULO CIDADÃO HONORÁRIO.
BATISTA PEREIRA	OS PROJETOS REFEREM-SE AO TRANSPORTE COLETIVO. DÁ NOVA DENOMINAÇÃO AO TEATRO VER/ CRUZ. DETERMINA A COLOCAÇÃO DE PLACAS NOS PONTOS DE PARADA DOS COLETIVOS. DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE ARMAS DE BRINQUEDOS E SEMELHANTES.
BAUER	AUTORIZA ENTRADA PELA PORTA DIANTEIRA DE GESTANTES E DEFICIENTES FÍSICOS. OBRIGA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE PRESERVATIVOS. TORNA GRATUITO O EXAME DO PEZINHO. DENOMINA VIAS. ATENDIMENTO ESPECIAL NAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM PERÍODO DE FÉRIAS. DENOMINA VIAS DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE USO DE CINTO DE CINTO DE SEGURANÇA(REJEITADO).
CARRIJO	DENOMINA VIAS, PRAÇAS. COLOCAÇÃO DE PLACAS EM BRAILLE (RETIRADO). CRIA ESTÍMULOS PARA O ESPORTE AMADOR (RETIRADO). CRIA O SERVIÇO DISQUE-SAÚDE (RETIRADO). IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ALCOOLATRA E DEPENDENTES DE OUTRAS DROGAS (RETIRADO) TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). FIXA CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO PELA FAZENDA PÚBLICA. DETERMINA A LIGAÇÃO DE ÁGUA EM TERRENOS VAGOS. DETERMINA A COLOCAÇÃO DE PLACAS INFORMATIVAS NOS SEMÁFOROS.
CUSTÓDIO	CRIA O FUNDO MUNICIPAL PARA O ESPORTE AMADOR (C/ WALDECK). TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). DENOMINA VIAS.
FÁBIO ARAÚJO	DENOMINA VIAS. CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA. INSTITUI PRIORIDADES NA MARCAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. ESTABELECE

	TROFÉU IMPRENSA GLADSEN GUERRA AOS PROFISSIONAIS DE IMPRENSA.
GERALDO JABBUR	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO
GERALDO MAGELA	INSTITUI O PROGRAMA ADOTE UM ATLETA EM Uberlândia - MG (C/ ONOFRE). DENOMINA VIAS. CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE TREINAMENTO GRATUITO PARA OBTENÇÃO DA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO (RETIRADO).
HÉLIO FERRAZ (BAIANO)	DISPÕE SOBRE VEICULAÇÃO DE ANÚNCIO EM TÁXIS. CONCEDE DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO DISCIPLINA NA CARGA E DESCARGA. INCLUI NAS ATIVIDADES EXTRA-CURRICULARES O PROGRAMA DE RECICLAGEM DO LIXO E HIGIENE. INCLUI A EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO COMO DISCIPLINA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS. DETERMINA A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NAS PROXIMIDADES DA ESCOLA. CRIA ESTÍMULO FISCAL ÀS PESSOAS JURÍDICAS QUE EMPREGAREM PESSOAS ACIMA DE 40 ANOS (REJEITADO).
JOÃO BITTAR	ISENÇÃO DE IPTU (RETIRADO). TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO AOS CARENTES (ARQUIVADO). INSTALAÇÃO DE BANCOS E ABRIGOS NOS PONTOS DE PARADAS DE ÔNIBUS. DISPÕE SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
JOSÉ H. LEMES	DENOMINA VIAS. TORNA DE U.P. AUTORIZA O DMAE A FAZER MENSAGENS PAGAS. DETERMINA RESERVA DE LOCAIS PARA NÃO FUMANTES. INSTITUI CONCURSO DE MONOGRAFIA (...) DISPÕE SOBRE A COLOCAÇÃO E PERMANÊNCIA DAS CAÇAMBAS DE COLETAS DE TERRA E ENTULHO. ISENÇÃO DE TAXA DE CONCURSO MUNICIPAL AOS DOADORES DE SANGUE (RETIRADO).
JOSUÉ	DENOMINA VIAS. TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS).
LIZA PRADO	PROJETOS REFEREM-SE (NESTA GESTÃO) AOS INTERESSES ESTUDANTIS. IMPÕE SANÇÕES À FIRMA E A EMPRESA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO EM CUJO ESTABELECIMENTO SEJA PRATICADO ATC VEXATÓRIO, DISCRIMINATÓRIO OU TENTATÓRIO À MULHER. FORNECIMENTO DE PRESERVATIVOS EM HOTÉIS E SIMILARES. ASSEGURA OS GRÊMIOS ESTUDANTIS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS (RETIRADO) INCLUSÃO DE OBRAS DE ARTE (C/ BAUER) (RETIRADO). DENOMINA VIAS. REGULAMENTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO. CRIA PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL DE 5ª A 8ª SÉRIES NAS ESCOLAS MUNICIPAIS. CRIA O PROGRAMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À MULHER - PROMAEM - . CRIA O PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE DA AIDS E DST. CRIA O FUNDC MUNICIPAL DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO (FUMASP RETIRADO). DISPÕE SOBRE NORMAS HIGIÊNICAS PARA ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE.
LUIZ CARLOS	DENOMINA AS Uais. INSTITUI CONCURSO DE MONOGRAFIA SOBRE A HISTÓRIA DA CÂMARA. TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). DISPÕE SOBRE O CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS EM ESTACIONAMENTOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM Uberlândia - MG . CRIA O PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DANÇA PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO. REGULAMENTE OS POSTOS DE GÁS (REJEITADO) CRIA PROGRAMA DE ATENDIMENTO AO TRANSPORTE.
MESA DIRETORA	CRIA CARGOS COMISSIONADOS.DISPÕE SOBRE A ANTECIPAÇÃO DE REAJUSTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS LEGISLATIVOS. CRIA A FUNÇÃO PARA O CARGO DE DIGITADOR E CHEFIA DE INFORMÁTICA AUTORIZA A MESA DIRETORA A REALIZAR DESPESAS, A INGRESSAR NO SISTEMA TELEFONI MÓVEL

	APROVA CONTAS PÚBLICAS. DISPÕE SOBRE A RECOMPOSIÇÃO DE PERDAS SALARIAIS DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO. AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DE PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA O PALÁCIO DO CENTENÁRIO. ALTERA QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS. AUTORIZA O PREFEITO AUSENTAR-SE DO PAÍS.
MISAC	DENOMINA VIAS. OBRIGA LAUDO POLICIAL (RETIRADO). GRATUIDADE NOS COLETIVOS PARA PRESIDENTE DAS ASSOCIAÇÃO (RETIRADO). FIXA TEMPO DE VIDA ÚTIL PARA COLETIVOS URBANOS ISENTA OS MUTUÁRIOS DO FUMAHP DO PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS. CRIA O PROGRAMA C TEATRO VAI A ESCOLA . CRIA O PROGRAMA DE PASSE PROVISÓRIO PARA O DESEMPREGADO (RETIRADO). ESTABELECE O DIREITO DE PLANTIO DE FLORES NOS TÚMULOS DO CEMITÉRIO BOM PASTOR. CRIA O MONUMENTO RELIGIOSO DE Uberlândia - MG, SERVIÇOS DE TÁXI (RETIRADO) TRANSPORTE COLETIVO.
ONOFRE	DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS OU NÃO. DENOMINA VIAS. CONCEDE PRAZO PARA REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES CLANDESTINAS . CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. ISENÇÃO DE IPTU PARA ENTIDADES CÍVIS SEM FINS LUCRATIVOS. CONCEDE VALE ALIMENTAÇÃO AOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS. ESTABELECE PROGRAMA DE APOIO AO MIGRANTE (RETIRADO). FIXA NORMAS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE TINTAS SPRAY (RETIRADO). OBRIGA RESTAURANTES E SIMILARES A PERMITIR ACESSO À COZINHA (ARQUIVADO). GRATUIDADE PARCIAL NOS COLETIVOS PARA OS PRESIDENTES DE ASSOCIAÇÃO DE BAIRROS (ARQUIVADO). INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO LÍDER COMUNITÁRIO. PERMITE INCLUSÃO DA DÍVIDA ATIVA NO CARNE ANUAL DO IPTU FIXA LOTAÇÃO PARA CASAS BOITE OU RECINTOS DE AGLOMERAÇÃO POPULAR. ASSEGURA AO APOSENTADO POR INVALIDEZ A ISENÇÃO DO PASSE COLETIVO. INSTITUI O PROGRAMA DE ESCOVAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.
RENATO BOUÇAS	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS). DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA TRIBUNA LIVRE NA CÂMARA CRIA O PROGRAMA DE DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TECIDOS. INSTALAÇÃO DE BEBEDOUROS PÚBLICOS NAS PRAÇAS. CRIA O PROGRAMA HIGIENE CAPILAR PARA ESCOLAS MUNICIPAIS. AUTORIZA A DISTRIBUIÇÃO DE HINOS (NACIONAL E LOCAL) DURANTE AS SESSÕES SOLENES DO PLENÁRIO. INCENTIVO À INDÚSTRIA CASEIRA.
TENENTE LÚCIO	INSTITUI PROGRAMA DE PRÁTICA DESPORTIVA COMO PROMOÇÃO SOCIAL
VEREADORES	DETERMINA O USO DE TRAJE SOCIAL COMPLETO NO PLENÁRIO DA CÂMARA.
WALDECK	DENOMINA VIAS. TORNA U.P. (DIV.).
ZANATTA	INSTITUI OS DIAS: DIA MUNICIPAL DO MOTOCICLISTA E DO TAXISTA.

RELAÇÃO DOS PROJETOS QUE TRAMITARAM DE 1997 A 1998

AUTOR	PROJETO
ANDRE GOULART	DENOMINA LOGRADOURO, CRIA CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE.
ANICETO	TRANSPORTE COLETIVO.
ARISTIDES	ALTERA LEI SOBRE SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS, CRIA A CCT
BAUER	DENOMINA LOGRADOURO, CRIA ESTACIONAMENTO ROTATIVO, PROJETOS PARA SAÚDE.
FÁTIMA	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, DISPÕE SOBRE PLACAS INFORMATIVAS NOS PONTOS DE ÔNIBUS, CRIA O PROGRAMA SAÚDE MÓVEL PARA FAMÍLIA RURAL (RETIRADO),
FELIPE ATTÍE	DENOMINA LOGRADOURO, NORMAS PARA VEÍCULOS DE TRACÇÃO ANIMAL, INSTITUI CÓDIGO DE POSTURAS E PARA FUNDO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA EDUCAÇÃO.
FRANCISCO HÉLIO	DISPÕE SOBRE MOTO TÁXI.
GERALDO JUNIOR	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, CRIA O PROGRAMA INTEGRADO DE SAÚDE E HIGIENE NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE Uberlândia - MG,
HÉLIO FERRAZ	DISPÕE SOBRE MENSAGEM NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE (RETIRADO), DENOMINA VIAS TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, REGULAMENTA O CAMELÓDROMO (RETIRADO) DIVULGAÇÃO DO DISQUE DENÚNCIA, INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA QUE VIVE COM HIV/AIDS.
JOÃO BITTAR	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, DENOMINA LOGRADOUROS.
JOAQUIM VICTOR	DENOMINA LOGRADOURO.
JOSÉ CORSINO	ALTERA LEI SOBRE REMISSÃO DE CRÉDITOS (DMAE).
LIZA PRADO	CONCEDE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO AOS CONCURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS (RETIRADO), DISPÕE SOBRE O PROGRAMA AMBIENTAL, RESERVA DE ASSENTOS PARA OBESOS EM ESPAÇOS CULTURAIS E VEÍCULOS (COM RENATO BOUÇAS), CRIA SISTEMA DE CADASTRO DE MORTALIDADE MATERNA, CRIA A MEDALHA DE MÉRITO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER, INSTITUI CAMPANHA PERMANENTE EM DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER E CONTRA AS VIOLÊNCIAS E DISCRIMINAÇÕES DE QUE SÃO VÍTIMAS DETERMINA A INSTALAÇÃO DE PORTAS DE SEGURANÇA NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS, CRIA O PROGRAMA DE COMBATE AO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO, INSTITUI O PROGRAMA BOLSA FAMILIAR PARA A EDUCAÇÃO (RETIRADO).
LUIZ CARLOS	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, DENOMINA LOGRADOUROS.
MISAC LACERDA	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA (DIVERSOS), INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DO DOADOR DE SANGUE, DENOMINA VIAS, OBRIGATORIEDADE DO CARDÁPIO EM BRAILLE. O VEREADOR TRABALHA COM ASSUNTOS REFERENTE À SERVIÇOS FUNERÁRIOS.

RENATO BOUÇAS	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, ESTABELECE NORMAS PARA COMÉRCIO DE ALIMENTOS MELHORIA NO ATENDIMENTO BANCÁRIO.
VILMAR RESENDE	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, DISPÕE SOBRE PAVIMENTAÇÃO NOS LOCAIS MENCIONADOS CONCEDE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TARIFA MÍNIMA MENSAL AOS USUÁRIOS DO DMAE (RETIRADO), CONCEDE ISENÇÃO DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES, INSTITUI MÊS DE COMBATE À MOSCA DO CHIFRE.

RELAÇÃO DOS PROJETOS QUE TRAMITARAM DE 1999 A 2000(MARÇO).

AUTOR	PROJETO
ANDRE GOULART	DENOMINA VIAS, ALTERA LOGRADOURO, CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA, CRIA C PROGRAMA DE PLANTIO DE MUDAS DE PAU BRASIL DURANTE AS COMEMORAÇÕES DOS 500 ANOS DE DESCOBRIMENTO.
ANICETO FERREIRA	DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO E USO DE APARELHO ELIMINADOR DE AR PARA LÍQUIDOS EM TUBULAÇÕES, PROÍBE A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE AUTO SERVIÇO PARA C ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS EM Uberlândia - MG (RETIRADO), REVOGA ITEM 4 ... QUE ESTABELECE NOVOS VALORES DA TAXA DE EXPEDIENTE E DE SERVIÇO PÚBLICO, CRIA C SISTEMA DE MONITORAMENTO E ANÁLISE FÍSICO-BACTERIOLÓGICA DE METAIS PESADOS CRIA O PROGRAMA RESGATANDO A CULTURA POPULAR, INSTITUI O SERVIÇO DISQUE DENÚNCIA AMBIENTAL (RETIRADO), DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS POSSUÍREM SANITÁRIOS DESTINADOS AO PÚBLICO (RETIRADO), CRIA C PROGRAMA COMUNITÁRIO DE PARQUES DE LAZER E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM Uberlândia - MG, CRIA O MONUMENTO DO 5º CENTENÁRIO DO BRASIL A POPULAÇÃO INDÍGENA DO TRIÂNGULO MINEIRO DENOMINADO KAYAPÔNIA, CRIA O PROGRAMA DE HORTAS COMUNITÁRIAS EM Uberlândia - MG, TORNA OBRIGATÓRIO A APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO AOS COMPRADORES DE LOTES EM Uberlândia - MG.
ARISTIDES	INSTITUI O DIA DA FAMÍLIA, DENOMINA LOGRADOUROS, AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE IMOVÉIS INAPROVEITÁVEIS PARA Uberlândia - MG, CRIA, NO ORÇAMENTO DO DMAE, C FUNDO DE RESERVA SOCIAL PARA ISENÇÃO (TOTAL OU PARCIAL) DE DÉBITOS PROVENIENTES DO FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO.
ADALBERTO DUARTE	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA.
BAUER	DENOMINA LOGRADOURO, OBRIGA EMBALAGENS DOS PRODUTOS DERIVADOS DO TABACCO CONTENHAM INFORMAÇÕES SOBRE NOCIVIDADES (RET.).
FÁTIMA	TORNA DE UTILIDADE PÚBLICA, ALTERA ARTIGO QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCEGU, CRIA UMA SALA DE AMAMENTAÇÃO, FRALDÁRIO E SANITÁRIOS INFANTIS NO PARQUE DO SABIÁ (C/ ANICETO).

FELIPE ATTÍE	CONCEDE AOS TAXISTAS PARADA GRATUITA POR 15 MIN. EM ÁREAS DESTINADAS A ESTACIONAMENTO ROTATIVO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA (RETIRADO), OBRIGA FERROS-VELHOS A REGISTRAR TODAS AS PEÇAS ADQUIRIDAS E REGISTRAR EM LIVRO DE PROCEDÊNCIA A FIM DE EMITIR NOTAS FISCAIS, PROJETOS PARA SAÚDE, DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE INSTALAÇÃO DE PAINÉIS LUMINOSOS EM Uberlândia - MG, TRANSPORTE COLETIVO, MODIFICA A LEI SOBRE PROGRAMA EDUCACIONAL DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO, LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE TABAGISMO (RETIRADO), DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, DENOMINA LOGRADOURO, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR NO MUNICÍPIO O SISTEMA CICLOVIÁRIO INTEGRADO AO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSPORTE.
FRANCISCO HÉLIO	DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO MARCHA PARA JESUS, NO ÂMBITO DE UDIA, INSTITUI A OBRIGATORIEDADE AOS HOSPITAIS E MATERNIDADES INSTALADAS EM UDIA EM AMNTEF EM SEU ARQUIVOS CÓPIAS DO REGISTRO CIVIL DE TODOS NASCIDOS VIVOS
GERALDO JUNIOR	TORNA UTILIDADE PÚBLICA, ISENTA CIDADÃO DESEMPREGADO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE INSCRIÇÃO EM CONC. PÚBLICOS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO, CRIA O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS (RETIRADO), LIMITA O VALOR DA MULTA DECORRENTE DA INADIMPLÊNCIA DA OBRIGAÇÃO DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS DE UDIA, PROÍBE O MUNICÍPIO DE CONTRATAR SERVIÇOS E OBRAS COM EMPRESAS ... (RETIRADO).
HÉLIO FERRAZ	DENOMINA LOGRADOUROS, CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA, INSTITUI A SEMANA DAS TRADIÇÕES AFRO-BRASILEIRAS, DISPÕE SOBRE ATENDIMENTO AOS CIDADÃOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INCLUI COMO DISCIPLINA EXTRA CURRICULAR A ATIVIDADE COMBATE AO USO DE DROGAS, DISPÕE SOBRE REGISTRO ESTATÍSTICO DOS ÍNDICES MUNICIPAIS DE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE.
JOÃO BITTAR	DENOMINA VIAS, CONCEDE DIPLOMA DE HONRA AO MÉRITO AO LIONS.
JOAQUIM VICTOR	TRANSPORTE GRATUITO PARA MENORES DE 5 ANOS NO TRANSPORTE COLETIVO DELIMITA E DENOMINA ÁREAS DO GRANADA, DENOMINA LOGRADOUROS, CRIA O J.A.R.I EM UDIA (RETIRADO), AUTORIZA O EXECUTIVO A OUTORGAR PERMISSÃO REMUNERADA DE USO DOS ESPAÇOS EM MUROS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS (RETIRADO).
JOSÉ CORSINO	DISPÕE SOBRE O CANTEIRO VERDE, NORMATIZA ARBORIZAÇÃO DOS CANTEIROS DAS VIAS DE 2 PISTAS (RETIRADO).
LIZA PRADO	TRABALHO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (RETIRADO), CRIA O SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO ORTOGRÁFICA (RETIRADO), INSTITUI O PROJETO INFORMAÇÃO SÓCIO ECONÔMICA MUNICIPAL (RETIRADO), REGULAMENTA A IMPLANTAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE MUROS E CERCAS ELETRIFICADAS E SIMILARES EM UDIA, INSTITUI BOLSA DE ESTUDO PARA PESQUISAS AMBIENTAIS, CONSIDERA UTILIDADE PÚBLICA, TORNA OBRIGATÓRIA EM UDIA A NOTIFICAÇÃO DOS PAIS DE ALUNOS E ÓRGÃOS DE SAÚDE PÚBLICA POR PARTE DAS CRECHES, ESCOLAS, ACADEMIAS E SIMILARES PÚBLICAS E PRIVADAS, EM CASO DE

	DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS.
LUIZ CARLOS	DENOMINA LOGRADOURO, TRANSPORTE DE TÁXI EM UDIA.
MISAC LACERDA	DENOMINA VIAS, DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS QUE POSSUAM EMPREGADOS COM IDADE MAIOR OU IGUAL A 40 ANOS, PROÍBE COMERCIALIZAÇÃO DE ARMAS DE FOGO (RETIRADO).
RENATO BOUÇAS	PROÍBE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA AOS INDAIMPLENTES (RETIRADO) OBRIGA ONIBUS PARA FORA DO PONTO PARA DEFICIENTES (COLETIVO), DISPÕE SOBRE VANS E MOTO TÁXI.
VILMAR RESENDE	DENOMINA LOGRADOURO, CONCEDE ISENÇÃO DE TAXA DE EXPEDIENTE (RETIRADO) TORNA OFICIAL O PROGRMA AULA VIVA, DISPÕE SOBRE CONSTRUÇÃO DE MONUMENTOS NAS PRAÇAS.
GERALDO JABBUR	VEDA COLOCAÇÃO DE PROPAGANDA NOS VEÍCULOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO (RETIRADO), DENOMINA VIAS, TORNA UTILIDADE PÚBLICA, SISTEMAS DE TAXAS MUNICIPAIS (RETIRADO).
CARLOS ALBERTO	ISENTA O SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL DO PAGAMENTO DE MULTA NOS CASOS QUE MENCIONA (RETIRADO), PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS DO SERVIDOR PÚBLICO, INTRODUZ NO CURRÍCULO ESCOLAR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS O ENSINO DA LÍNGUA INTERNACIONAL "ESPERANTO", DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.
OBSERVAÇÃO	ATÉ ABRIL DE 2000, NÃO CONSTA RELAÇÃO DE PROJETOS TRAMITADOS MEDIANTE ACÚMULO DESTES. EM 99.

Informe

VEREADORA PSB

Liza

PRADO



EDITORIAL

Caros companheiros,

Após intensa discussão junto à nossa base de apoio, resolvemos ingressar nas fileiras do PSB - Partido Socialista Brasileiro. A decisão de nos filiarmos ao PSB, deve-se ao fato deste Partido possuir em seu programa a proposta de defesa intransigente do socialismo, nossa ideologia, e ter uma histórica tradição de empenho em prol das bandeiras dos setores oprimidos de nosso país e do mundo.

Estamos entrando no PSB pela porta da frente, num Partido que reconhece a coerência e fidelidade de nosso trabalho, notadamente de esquerda, tanto no parlamento quanto nos movimentos populares.

O PSB está firme no propósito de compor, junto com os partidos progressistas com bases em nossa cidade, uma grande frente de centro-esquerda, que possa lançar candidaturas para Prefeito e Vereadores de Uberlândia, com reais chances de vitória.

E com grande prazer, gostaríamos de convidar todas as pessoas que igualmente simpatizam com o Programa do PSB, e desejam colaborar com as discussões acerca dos rumos políticos de nossa cidade, a se filiarem e se candidatarem pelo Partido Socialista Brasileiro.

Agradecemos sinceramente aos companheiros, por nos auxiliarem em nossas iniciativas e também aos Socialistas pelo modo caloroso como me receberam no PSB. Esperamos com toda esperança e entusiasmo, que nossa convivência venha a contribuir ainda mais para a luta pela dignidade de nossos cidadãos e por uma sociedade mais justa e humanitária.



**FILIE-SE
AO PSB
239-1114**

"Até a vitória, sempre!"

Liza Prado

Justiça do Trabalho AMEAÇADA

A Justiça do Trabalho, conhecida como "a Justiça dos Pobres", prima pela sua facilidade de acesso e celeridade. Nenhuma área do Judiciário foi tão solicitada em 1998 e mesmo assim o Governo Federal, através de seus colaboradores diretos, está pretendendo extinguir a Justiça do Trabalho.

Entendemos que a Justiça do Trabalho deve ser aprimorada e democratizada, mas extingui-la seria um retrocesso lamentável que traria enormes prejuízos para a classe trabalhadora e para a sociedade de maneira geral.

Ligue para o Congresso Nacional
Fone: 0800 619 619 e diga NÃO à
extinção da Justiça do Trabalho.
A LIGAÇÃO É GRÁTIS

SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO ORTOGRÁFICA

Liza Prado, em parceria com os Vereadores Prof. Carlos Alberto e Bauer Dias, apresentou Projeto de Lei que cria o Serviço de Orientação Ortográfica. Tal serviço consiste na prestação, por parte da Secretaria Municipal de Educação, através de ligação telefônica, de informações à comunidade das normas de Ortografia da Língua Portuguesa. "É de responsabilidade do Estado, garantir a todos os brasileiros o aprendizado de seu idioma. Afinal, como diria Fernando Pessoa, a língua é a Pátria."

**EM BREVE
DEBATE
SOBRE O TEMA**

Fátima RenovAÇÃO

Ação Parlamentar da Vereadora Fátima Paiva - Ano IV - Nº 01 Jan/Mar de 2000

Empresas Municipais recebem Título de Desempenho Comunitário Empresarial e Selo Empresa Cidadã 2000.

Decorrente de uma proposta legislativa da Vereadora Fátima Paiva, no último dia 17 de dezembro/1999, a Câmara Municipal de Uberlândia homenageou no Plenário Homero Santos, treze empresas municipais ao lhes conceder o selo "Empresa Cidadã 2000" e, destas quatro empresas ainda receberam o Título de Desempenho Comunitário Empresarial, de autoria da vereadora, por terem seus projetos destacados pela atuação e abrangência social.

Ao todo foram inscritos quarenta projetos, de vinte e duas empresas, nas áreas de Meio Ambiente, Saúde, Cultura, Educação e Participação Comunitária.

Os projetos passaram pela análise criteriosa de uma comissão julgadora formada por profissionais específicos de cada área.



Na cerimônia de homenagem as empresas vencedoras do Título de Desempenho Comunitário Empresarial: CTBC Telecom, Shopping Pratic Center, Grupo Inpar e Café Cajubá apresentaram os "cases" dos projetos que as tornaram vencedoras. As empresas Image TV, Prisma Comunicações, UNIT, Algar Call Center Service, TV

Integração, Motomaq, Colégio Nacional, Martins e UAI Q Dança estiveram presentes recebendo a certificação que lhes dá o direito ao uso do selo "Empresa Cidadã 2000".

Uberlândia está entre as primeiras cidades no Brasil a reconhecer através de um Título de Desempenho Comunitário Empresarial e um selo as empresas cidadãs.

O Papel da Iniciativa Privada no Desenvolvimento Social.

Tema da palestra feita pelo ex-Ministro da Saúde durante homenagem às empresas

Cidadãs

Página 03

Balanco Legislativo 1999.

Propostas legislativas apresentadas

Página 04



FILIE-SE
AO PSB
239-1114

Informe

VEREADORA PSB

Liza

PRADO



FEVEREIRO 2000 • Gabinete: 239-1114

Liza Prado lança projeto para novos talentos da música

A vereadora Liza Prado (PSB) quer que o município estimule a cultura musical e lazer da população de Uberlândia, proporcionando às pessoas interessadas, condições de integrarem nessa atividade profissional. Para que a idéia seja colocada em prática, a vereadora elaborou um projeto que institui o programa "Novos Talentos de Músicas para Intérpretes e Compositores", do município de Uberlândia.

A Secretaria Municipal de Cultura deverá promover, anualmente, um festival para a escolha dos novos talentos. A inscrição dos candidatos poderá ser individual ou em parceria, com o direito de inscrever até duas (02) músicas, sendo que somente uma irá para a fase eliminatória. As músicas serão apreciadas por uma Comissão Julgadora formada por onze representantes de diversos segmentos, que serão escolhidos pela secretaria municipal de Cultura. Os itens a serem julgados durante as eliminatórias e fase final são: ritmo, harmonia, melodia, interpretação, comunicação e afinação.

Ainda de acordo com o projeto, o Município colocará a disposição dos intérpretes um conjunto de músicos preparados para acompanhar todos os participantes, tanto nas eliminatórias como na fase final.

A Prefeitura, através de recursos próprios ou parceria no mercado, além do certificado de participação, premiará os finalistas e vencedores do festival da seguinte maneira: o primeiro lugar gravará um CD solo, com dez (10) músicas inéditas; do segundo ao quarto lugar, inclusive o melhor intérprete do festival, os prêmios serão em dinheiro, cabendo a secretaria de Cultura fixar o valor de cada prêmio e também gravar um CD das quinze (15) músicas finalistas.

Para a vereadora Liza Prado, o projeto "está plenamente identificado com Uberlândia, em virtude de sua privilegiada estrutura social, econômica e cultural, estimulando seus habitantes a concepção de vitória, a proposta de conquista, o anseio do sucesso numa comunidade que sabe aliar o dinamismo e a capacidade empreendedora às luzes do reconhecimento de nossos cantores amadores, aliados ao sucesso musical dos mesmos".

No próximo mês, a vereadora deve promover um debate com representantes do Conservatório Estadual, cantores e segmentos ligados a música para discutir o projeto.



POVO CONTINUA COBRANDO!

Cadê?

- Os 17% dos Servidores?
- Os 25 mil novos empregos?
- As 20 mil casas populares?
- Os programas e projetos assistenciais?
- O Hospital Maternidade?
- O Condomínio para os idosos?
- A solução do bairro Morumbi?
- 100% de asfalto nos bairros?

Este ano tem eleição,
Sr. Prefeito!
O povo vai responder nas urnas
as promessas de campanha.

Instituições de ensino devem avisar aos pais dos alunos em caso de surto de viroses

O clima seco da primavera facilita as infecções por vírus e bactérias e as crianças são as principais vítimas

No início da primavera aumenta o número de infecções por vírus. Nesta época devido a temperatura fria e a baixa umidade do ar, os microorganismos encontram as condições necessárias para se multiplicar e atacam com força total. Outro fator, e que como o calor não é forte, as pessoas ficam mais em ambientes fechados, o que facilita a transmissão.

Pensando nisto, a vereadora Liza Prado (PSB) apresentou no dia 09 de dezembro de 1999, um projeto que torna obrigatório no município de Uberlândia, a notificação dos pais de alunos e órgãos de saúde pública, por parte de creches, escolas, academias e instituições similares, públicas e privadas, em caso de surto de doenças transmissíveis.

O objetivo é conscientizar os pais para que tomem as devidas providências em caso de viroses, surtos de catapora e até meningite em seus filhos. "Com este projeto, as instituições vão ter o compromisso de manter as crianças sob os cuidados para a prevenção e controle de endemias e

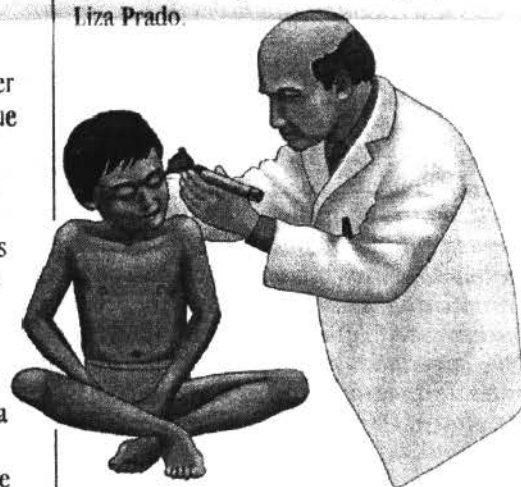
epidemias", explicou Liza.

Outro ponto levantado na justificativa é a agilidade da intervenção dos órgãos de saúde pública no controle de doenças além do impedimento de óbitos ou comprometimento do desenvolvimento normal e saudável das crianças em decorrências de contágio por microorganismos nocivos a saúde humana. No projeto a autora ressaltou que a obrigatoriedade da notificação é porque estas instituições mantêm crianças sob cuidados. A notificação também deverá ser estendida aos órgãos de Saúde Pública que são os responsáveis pelo controle de endemias e epidemias.

Como padrão de notificação aos pais de alunos, o documento deverá conter dados como: especificação da doença (caso não seja possível descrever os sintomas apresentados pela criança), número aproximado de crianças já acometidas e assinatura do diretor da instituição. Outra exigência descrita no projeto é que a notificação deve ser enviada aos órgãos de

Saúde Pública para controle da doença.

"Segundo informações obtidas junto ao Programa de Vigilância Epidemiológica do Município, no ano passado, dentre o registro de outras endemias, foram notificados 878 casos de infecção por catapora e 179 casos de infecção por meningite, sendo que desses 179 casos de meningite, 16 infelizmente, resultaram em morte das crianças acometidas", explicou Liza Prado.



Liza e a Fumsaúde

A vereadora Liza Prado (PSB) ficou com uma pulga atrás da orelha com a instituição da Fundação Municipal de Saúde de Uberlândia (Fumsaúde). O projeto foi sancionado pela prefeita em exercício, Niza Luz (PFL), no fim de dezembro. Liza garante que, nas primeiras sessões do ano, vai colocar o projeto em discussão para tirar todas as dúvidas. A vereadora procurou o secretário de Saúde, Paulo Salomão, para conhecer melhor a Fumsaúde. Ela diz que a implantação deste órgão a preocupa, principalmente com relação a demissões, que, porventura, possam ocorrer. Isto também está deixando alguns servidores de cabelo em pé.

Materia extraída da coluna "Confidencial"
Pag. A-2 do Jornal CORREIO de 13/Jan/2000

Cai o veto ao Projeto de Informação Sócioeconômica

Foi derrubado o veto da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal ao Projeto de Lei que institui o programa INFORMAÇÃO SÓCIOECONÔMICA MUNICIPAL, de autoria da Vereadora Liza Prado. Tal projeto, que tem por objetivo levantar dados sobre aspectos da realidade sócioeconômica, como o índice de desemprego, distribuição de renda, satisfação da população em relação aos trabalhos sociais do Município, foi considerado de muita importância para o Município e por isto mesmo recebeu o apoio da maioria dos vereadores.

Língua Portuguesa em debate

Por iniciativa da Vereadora Liza Prado, realizou-se no dia 05 de outubro do ano passado, um amplo debate sobre a valorização da Língua Portuguesa. Na ocasião estiveram presentes estudantes, professores, diretores de escolas, especialistas na área de educação e representantes da comunidade de maneira geral. O evento faz parte das discussões acerca do Projeto de Lei que institui, no Município de Uberlândia, o Serviço de Orientação Ortográfica, com o objetivo de orientar os cidadãos e esclarecer suas dúvidas quanto à correta escrita das palavras. O Projeto de Lei é de autoria dos vereadores Liza Prado, Prof. Carlinhos e Bauer Dias.